



LEI Nº 1.070/2018

Estabelece as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OROBÓ, sua Excelência o senhor Cléber José da Aguiar da Silva, faz saber que, em sessão realizada em 10/09/2018, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DEFINIÇÕES E CONCEITOS. Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Orobó, para o exercício financeiro de 2019, em cumprimento às disposições do inciso II e § 2º do Art. 165 da Constituição Federal, do art. 124 § 1º inciso II da Constituição do Estado da Pernambuco da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000 (LRF), e Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - critérios relativos às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V - regras sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - disposições sobre transferências de recursos a entidades públicas e privadas, inclusive consórcios públicos, subvenções e auxílios;
- VII - procedimentos sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- VIII - autorização e limitações sobre operações de crédito;
- IX - contingenciamento de despesas e critérios para limitação de empenho;
- X - condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias de outro ente federativo;
- XI - orientações sobre alteração na legislação tributária municipal;
- XII - regras sobre despesas obrigatórias de caráter continuado;
- XIII - controle e fiscalização;
- XIV - disposições gerais.

Seção II Das Definições, Conceitos e Convenções.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

I - Categoria de programação: programas e ações, na forma de projeto, atividade e operação especial, com as seguintes definições:

a) Programa: instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

por indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ações: operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa;

c) Projeto: instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

d) Atividade: instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

e) Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

II - Órgão orçamentário: maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

III - Unidade orçamentária: menor nível de classificação institucional agrupada em órgãos orçamentários;

IV - Produto: resultado de cada ação específica, expresso sob a forma de bem ou serviço posto à disposição da sociedade;

V - Título: forma pela qual a ação será identificada pela sociedade e constará no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), para expressar em linguagem clara, o objeto da ação;

VI - Elemento de Despesa: identificador dos objetivos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

VII - Grupo de Natureza da Despesa (GRND): agregador de elementos de despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, identificados a seguir:

- a) Pessoal e Encargos Sociais
- b) Juros e Encargos da Dívida
- c) Outras Despesas Correntes
- d) Investimentos
- e) Inversões Financeiras
- f) Amortização da Dívida

VIII - Categoria Econômica: classifica se a despesa contribui, ou não, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

IX - Modalidade de Aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.



- X - Reserva de Contingência: compreende o volume de recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos imprevistos, podendo ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais;
- XI - Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será configurada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida, ou porque é improvável que a entidade tenha que liquidá-la, ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança;
- XII - Transferência: a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas;
- XIII - Delegação de execução: consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;
- XIV - Seguridade Social: compreende um conjunto de ações integradas dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal;
- XV - Despesa obrigatória de caráter continuado: é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;
- XVI - Execução física: realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;
- XVII - Execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- XVIII - Execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;
- XIX - Riscos Fiscais: são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Seção I

Das Prioridades e Metas

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Durante a execução orçamentária o acompanhamento do cumprimento das metas será feito com base nas informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, para cada bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativo a cada quadrimestre ou semestre, conforme o enquadramento, publicados nos termos da legislação vigente.

§ 2º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2019, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as disposições do art. 167 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 4º. Na revisão do Plano Plurianual 2018/2021, serão consideradas as dimensões estratégica, tática e operacional, levando-se em conta as perspectivas de atuação do governo, os objetivos



estratégicos, os programas e as ações que deverão ser executadas no Município, assim como as seguintes diretrizes:

- I - diagnóstico dos desafios a serem enfrentados e das potencialidades que serão desenvolvidas, identificando as escolhas da população e do governo, na formulação dos planos e na estruturação dos programas de trabalho do governo municipal;
- II - sintonia das políticas públicas municipais com as políticas públicas estabelecidas no plano plurianual da União, quanto aos programas nacionais executados pelo Município em parceria com outros entes federativos;
- III - reestruturação dos órgãos e unidades administrativas, modernização da gestão pública municipal e reconhecimento do capital humano como diferencial de qualidade na Administração Pública Municipal;
- IV - aprimoramento do controle e do monitoramento, especialmente na execução das ações para atingir os objetivos estabelecidos nos planos, na realização dos serviços e no desempenho da administração municipal;
- V - ampla participação da sociedade na formulação das políticas públicas e transparência na apresentação dos resultados da gestão.

Art. 5º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção de equilíbrio das contas públicas e metas previstas no Anexo de Metas Fiscais (AMF), que poderão ser revistas em função de modificações na política macroeconômica e na conjuntura econômica nacional e estadual.

Seção II Do Anexo de Prioridades

Art. 6º. As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal de 2019 constam do Anexo de Prioridades (AP), com a denominação de ANEXO I.

§ 1º As ações prioritárias identificadas no ANEXO I, que integra esta Lei, constarão do orçamento e serão executadas durante o exercício de 2019 em consonância com o Plano Plurianual (PPA).

§ 2º As ações dos programas integrarão a proposta orçamentária para 2019, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados, na conformidade da regulamentação nacionalmente unificada.

§ 3º Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2019.

Seção III Do Anexo de Metas Fiscais



Art. 7º O Anexo de Metas Fiscais (AMF), por meio do ANEXO II, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas e despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2019 e para os dois seguintes, para atender ao conteúdo estabelecido pelo §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como avaliação das metas do exercício anterior, por meio dos demonstrativos abaixo:

- DEMONSTRATIVO I: Metas Anuais;
- DEMONSTRATIVO II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Ano Anterior;
- DEMONSTRATIVO III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores;
- DEMONSTRATIVO IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- DEMONSTRATIVO V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- DEMONSTRATIVO VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- DEMONSTRATIVO VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- DEMONSTRATIVO VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único. O Anexo de Metas Fiscais abrange os órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta, constituídas pelos fundos especiais que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital.

Art. 8º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no ANEXO II, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 9º. Na proposta orçamentária para 2019 serão indicadas as receitas de capital destinadas aos investimentos que serão financiados por meio de convênios, contratos e outros instrumentos com órgãos e entidades de entes federativos, podendo os valores da receita de capital da LOA ser superiores à estimativa que consta no Anexo de Metas Fiscais, que integra esta Lei por meio do ANEXO II.

Seção IV Do Anexo de Riscos Fiscais

Art. 10. O Anexo de Riscos Fiscais (ARF), que integra esta Lei por meio do ANEXO III, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

Art. 11. Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000.



§ 1º Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para reserva de contingência, prevista no Inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida – RCL, prevista para o referido exercício.

§ 2º. A reserva de contingência será constituída exclusivamente de recursos do orçamento fiscal, pode ser utilizada para compensar a expansão de despesa obrigatória de caráter continuado além do previsto no projeto de lei orçamentária e das medidas tomadas pelo Poder Executivo.

Seção V Da Avaliação e do Cumprimento de Metas

Art. 12. Durante o exercício de 2019, o acompanhamento da gestão fiscal será feito por meio dos Relatórios RREO e RGF.

CAPÍTULO III ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I Das Classificações Orçamentárias

Art.13. Na elaboração dos orçamentos serão respeitados os dispositivos, conceitos e definições estabelecidos na legislação vigente e obedecida a classificação constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 14. Cada programa será identificado no orçamento, onde as dotações respectivas conterão os recursos para realização das ações necessárias ao atingimento dos objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificados valores, órgãos e unidades orçamentárias responsáveis pela realização.

Art. 15. As dotações, relacionadas à função encargos especiais, englobam as despesas orçamentárias em relação às quais, não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado, pois não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo.

Art. 16. As dotações relativas à classificação orçamentária encargos especiais vinculam-se ao programa Operações Especiais, identificado no Orçamento por zeros e na Função 28 (vinte e oito), destinada aos encargos especiais, para suportar as despesas com:

- I - Amortização, juros e encargos de dívida;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;
- IV - Restituições, inclusive de saldos de convênios;
- V - Ressarcimentos;
- VI - Amortização de dívidas previdenciárias;
- VII - Outros encargos especiais.

Art. 17. A classificação institucional identificará as unidades orçamentárias agrupadas em seus respectivos órgãos.



Art. 18. A vinculação entre os programas constantes do PPA, os projetos e atividades incluídos no orçamento municipal e a relação das ações que integram o Anexo de Prioridades desta Lei são identificados pelo programa, projeto, atividade e histórico descritor.

Art. 19. A demonstração de compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas desta LDO, será feita por meio de anexo que integrará a Lei Orçamentária de 2019.

Seção II Da Organização dos Orçamentos

Art. 20. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão as programações dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município e discriminarão suas despesas com os seguintes detalhamentos:

I - programa de trabalho do órgão;

II - despesa do órgão e unidade orçamentária, evidenciando as classificações institucional, funcional e programática, projetos, atividades e operações especiais, e especificando as dotações por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, consoante disposições do art. 15 da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e atualizações.

Parágrafo único. A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II - Indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades públicas ou por entidades privadas, nos termos da Lei.

Art. 21. A reserva de contingência será identificada pelo dígito "9", isolados dos demais grupos, no que se refere à natureza da despesa.

Art. 22. A reserva de contingência será utilizada como fonte de recursos orçamentários para a cobertura de créditos adicionais, nos termos da lei.

Art. 23. O orçamento da seguridade social, compreendendo as áreas de saúde, previdência e assistência social, será elaborado de forma integrada, nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Art. 24. Na elaboração da proposta orçamentária do Município, para o exercício de 2019, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada a consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e permitida a inclusão de projetos genéricos.

Art. 25. A lei orçamentária não consignará dotação de investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Art. 26. Constarão dotações no orçamento de 2019 para as despesas relativas à amortização da dívida consolidada do Município e atendimento das metas de resultado nominal, assim como para o custeio de obrigações decorrentes do serviço da dívida pública.



Art. 27. Constarão dotações no Orçamento de 2019 para contrapartida de investimentos custeados com recursos de convênios, contratos de repasses e outros instrumentos congêneres.

Seção III Do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA)

Art.28. A proposta orçamentária, para o exercício de 2019, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores será constituída de:

- I - Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- II - Anexos;
- III - Mensagem.

§1º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será feita por meio de quadros orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320, de 1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Tabelas e Demonstrativos:
 - a) Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2016, 2017 e estimada para 2018;
 - b) Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2016 e 2017 e estimada para 2018;
 - c) Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada na proposta orçamentária para 2019, para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), bem como o percentual orçado para aplicação na MDE, consoante disposição do art. 212 da Constituição Federal;
 - d) Demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141, de 2012 e despesas fixadas na proposta orçamentária para 2019, destinada às ações e serviços públicos de saúde no Município;
 - e) Demonstrativo dos recursos destinados ao atendimento aos programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;
 - f) Demonstrativo dos recursos destinados à Reserva de Contingência.
- III - Anexos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 que integrarão o orçamento:
 - a) Anexo 1: Demonstrativo da receita e da despesa segundo a natureza;
 - b) Anexo 2: Demonstrativo das receitas segundo as categorias econômicas;
 - c) Anexo 2: Demonstrativo consolidado da despesa por categoria econômica;
 - d) Anexo 6: Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projetos, atividades e operações especiais, por unidade orçamentária;
 - e) Anexo 7: Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, subfunções, projetos e atividades;
 - f) Anexo 8: Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo;
 - g) Anexo 9: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.



Prefeitura Municipal de Orobó

Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo

unice



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

IV - Demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas da LDO, consoante disposições do art. 19 desta Lei;

§ 2º A mensagem, de que trata o inciso III do caput deste artigo conterá:

- I - Análise da conjuntura econômica enfocando os aspectos que influenciem o Município;
- II - Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;
- III - Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;
- IV - Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da despesa fixada;
- V - Situação da dívida do Município, restos a pagar e compromissos financeiros exigíveis.

§ 3º Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 4º Serão consignadas atividades distintas para despesas com pessoal de magistério e outras despesas de pessoal do ensino.

§ 5º No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços correntes vigentes em 2018.

§ 6º Na estimativa das receitas que integrarão o orçamento de 2019 considerar-se-á a tendência do presente exercício de 2018, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2019 e as disposições desta Lei.

§ 7º As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada e evidenciados "déficit" ou "superávit" corrente, no orçamento anual.

§ 8º O valor da dotação destinada à reserva de contingência, no orçamento de 2019, poderá ser de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida, apurada nos termos do art. 2º, inciso IV e § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 9. A Modalidade de Aplicação MD 99 será utilizada para classificação orçamentária de reserva de contingência.

§ 10. Constarão do orçamento dotações destinadas à execução de projetos a serem realizados com recursos oriundos de transferências voluntárias do Estado e da União, assim como para as contrapartidas, nos termos da LDO da União e do Estado.

§ 11. O Orçamento elaborado pelo Poder Legislativo para ser incluído na proposta do Orçamento Municipal de 2019, observará as estimativas das receitas de que trata o art. 29-A e os seus incisos, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art. 29. No texto da lei orçamentária para o exercício de 2019 poderá constar autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, será de 30% (trinta por cento) do total dos orçamentos e autorização para contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.



Art. 30. Ao limite estabelecido no art. 29 acrescente-se o valor do SUPERAVIT FINANCEIRO por ventura alcançado no exercício anterior a vigência desta Lei.

Art.31. Será considerada a obtenção de superávit primário na elaboração do projeto, na aprovação e execução da lei orçamentária para 2019.

Art. 32. Constarão da proposta orçamentária para 2019 dotações para programas, projetos e atividades constantes do Plano Plurianual 2018/2021.

Seção IV Das Alterações e do Processamento

Art. 33. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, §3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, até o dia 30 de novembro do corrente exercício.

§ 1º. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 2º. O veto às emendas mencionadas no caput deste artigo restabelecerá a redação inicial da dotação constante da proposta orçamentária.

§ 3º. No caso de haver comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito da Câmara Municipal, poderá haver retificação nos autógrafos da Lei Orçamentária de 2019 pelo Poder Legislativo, até a data da sanção.

Art. 34. O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Art. 35. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por grupos de despesas, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adaptação de classificação funcional e do Programa ao novo órgão.



Art. 36. Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos dos órgãos, unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito adicional especial, observada a Lei 4.320, de 1964 e autorização da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 37. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro da mesma categoria de programação e categoria econômica de despesa, bem como a inclusão de elementos de despesa não previstos em um mesmo projeto, atividade ou operação especial e que não altere o seu valor total, serão efetuadas mediante edição de decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. As alterações nos recursos orçamentários efetuadas nos termos do caput deste artigo não constituem créditos adicionais ao orçamento.

Art. 38. Poderão ser incluídos programas novos, inclusive criados pela União ou pelo Estado de Pernambuco, por meio de alteração, aprovada por Lei, no Plano Plurianual, nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, e seus anexos, no decorrer do exercício de 2019.

CAPÍTULO IV DAS RECEITAS E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA Seção Única Da Receita Municipal e das Alterações na Legislação Fiscal

Art. 39. Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, para efeito de previsão de receita, deverão ser considerados os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico;
- IV - evolução da receita nos últimos três anos.

Art. 40. Na ausência de parâmetros atualizados do Estado, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais.

Art. 41. A estimativa da receita para 2019 consta de demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais, com metodologia e memória de cálculo, consoante disposições da legislação em vigor.

Art. 42. A estimativa de receita que integra o Anexo de Metas Fiscais – AMF, desta Lei, fica disponibilizada para o Poder Legislativo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

Art. 43. Poderá ser considerada, no orçamento para 2019, previsão de receita com base na arrecadação estimada decorrente de alteração na legislação tributária, inclusive estimativa de acréscimos na participação do Município na distribuição de receitas da União ou Estado.



Art. 44. Na proposta orçamentária o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital.

Art. 45. As leis relativas às alterações na legislação tributária que dependam de atendimento das disposições da alínea "b" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal, para vigorar no exercício de 2019, deverão ser aprovadas e publicadas dentro do exercício de 2018.

Art. 46. O montante estimado para receita de capital, constante nos anexos desta LDO para 2019, poderá ser modificado na proposta orçamentária, para atender previsão de repasses, destinados a investimentos.

§ 1º. A execução da despesa de que trata o caput deste artigo fica condicionada à viabilização das transferências dos recursos respectivos.

§ 2º. Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo, deverá haver justificação na mensagem que acompanha a proposta orçamentária para 2019 ao Poder Legislativo.

Art. 47. A reestimativa de receita na LOA para 2019, por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, são consideradas as receitas estimadas nos anexos desta Lei para o exercício de 2019.

Art. 48. Para fins de aperfeiçoamento da política e da administração fiscal do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal, projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, notadamente sobre:

- I - Alteração e atualização do Código Tributário Municipal;
- II - Aperfeiçoamento e a atualização da legislação tributária referente ao imposto sobre Serviço de Qualquer natureza - ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- III - Adequação, inovação e atualização da legislação tributária referente às taxas municipais.

Art. 49. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da LRF.

Art. 50. Os projetos de lei aprovados que resultem em renúncia de receita em razão de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas e despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, 5 (cinco) anos.

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização



em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação aplicável.

Art. 52. O Setor de tributação registrará em sistema informatizado os valores lançados e arrecadados e informará a contabilidade, para permitir o conhecimento dos créditos a receber.

Art. 53. O sistema de tributação de que trata o artigo anterior, deverá ser concebido para que possa oferecer à contabilidade, diariamente, a movimentação dos tributos lançados, arrecadados e o valor dos créditos tributários pendentes de pagamento.

Art. 54. O Poder Executivo deverá realizar atualização cadastral e/ou recadastramento imobiliário e mercantil, para cumprir a legislação específica e propiciar o efetivo cumprimento do art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 55. O sistema de informação deverá manter-se atualizado e com manutenção continuada do banco de dados cadastrais.

Art. 56. O produto da receita proveniente da alienação de bens será destinado apenas às despesas de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

CAPÍTULO V DA DESPESA PÚBLICA Seção I Da Execução da Despesa

Art. 57. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e entes da Federação e entre entidades privadas ou consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei.

Art. 58. O processamento da despesa cujos valores da contratação excedam os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, será formalizado devendo constar de processo administrativo simplificado junto ao setor de execução orçamentária a documentação comprobatória contendo:

- I - a autorização para realizar a despesa;
- II - o termo de adjudicação da licitação;
- III - a autorização para emissão da nota de empenho;
- IV - o instrumento de contrato;
- V - a documentação relativa ao cumprimento do objeto, entrega do bem ou conclusão da etapa da obra ou serviço, que instruirá os procedimentos de liquidação formal da despesa;
- VI - a autorização para pagamento.

Art. 59. O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 e na legislação aplicável, estabelecerá procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, bem como os procedimentos aplicáveis ao processo de encerramento contábil de 2019.



§ 1º. Os gestores de fundos especiais e entidades da Administração Direta e Indireta ajustarão os sistemas de informação para que sejam consolidadas as contas municipais, a partir da execução orçamentária do mês de janeiro de 2019.

§ 2º. O Poder Legislativo enviará a movimentação da execução orçamentária para o Executivo consolidar e disponibilizar aos órgãos de controle e ao público.

Art. 60. A Secretaria de Administração em conjunto com o Controle Interno do município, visando atender o disposto na alínea "e" inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 2000, o art. 74 da Constituição Federal, bem como, a necessidade de eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos, poderá manter sistema de controle interno integrado que possibilite:

- I – mensurar o desempenho dos programas de governo;
- II – conhecer o custo de cada ação, bem como dos programas de governo;
- III – auxiliar na decisão de alocar recursos necessários a certas atividades;
- IV – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;
- V – identificar áreas deficientes para priorização nos esforços de melhoramento.

Seção II

Das Transferências, das Delegações e dos Consórcios Públicos.

Art. 61. Para as entregas de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público, em vigor, publicados pela STN.

Art. 62. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas, classificação orçamentária nacionalmente unificada e as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 1º. O consórcio adotará no exercício de 2019 as normas unificadas para os entes da Federação estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e adequará seu sistema informatizado ao do Município, para propiciar a consolidação das contas, para atender as disposições do art. 50 e incisos da Lei Complementar nº 101, de 2000 e seguirá as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

§ 2º. Para atender ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o consórcio que receber recursos do Município enviará mensalmente, em meio eletrônico, em tecnologia compatível com os sistemas de informação da Prefeitura e do SAGRES/TCE-PE, os dados mensais da execução orçamentária do consórcio, para efeito de consolidação das contas municipais.

§ 3º. O contrato de rateio é o instrumento por meio do qual o Município consorciado compromete-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados na Lei Orçamentária.



Art. 63. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2019, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá de atendimento aos requisitos exigidos nesta Lei.

Art. 64. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham reconhecimento de utilidade pública.

Art. 65. A concessão de subvenções dependerá da comprovação do atendimento aos requisitos exigidos na legislação, especificados no art. 64, devendo ser demonstrado:

- I - de que as entidades beneficiárias sejam de atendimento direto ao público e atendam ao disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, cujas condições de funcionamento sejam consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização;
- II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;
- III - da existência de prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;
- IV - que a comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, seja mediante atestado firmado por autoridade competente;
- V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 30 de julho de 2018;
- VI - da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante as Fazendas Estadual, Federal e Municipal, nos termos da legislação específica;
- VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

Art. 66 Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, bem como o cumprimento do objeto.

Art. 67. É condição preliminar à solicitação dos recursos de que trata esta sessão, a apresentação de projeto instruído com plano de trabalho para aplicação de recursos e demais documentos exigidos, devendo ser formalizado em processo administrativo, na repartição competente, contendo indicação dos resultados esperados com a realização do projeto.

Parágrafo único. A destinação de recursos a entidades privadas também fica condicionada a prévia manifestação do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.



Art. 68. Integrará o convênio, que formalizará a transferência de recursos, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo único. Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, constará no plano de trabalho para aplicação dos recursos, de que trata o caput deste artigo, objetivos, justificativas e metas a serem atingidas com a utilização dos recursos, respectivo cronograma de desembolso e vinculação ao programa de trabalho respectivo.

Art. 69. Também serão permitidos repasses as instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural e esportiva, consoante disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta Lei.

Art. 70. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, bem como do cumprimento integral de todas as cláusulas dos instrumentos de convênio, ajuste ou repasse.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica do Município expedirá normas sobre as disposições contratuais e de convênios que deverão constar dos instrumentos respectivos, para que sejam aprovados pela área jurídica municipal, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

Art. 71. As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio, repasse ou ajuste.

Art. 72. O órgão central de Controle Interno fiscalizará todo o processo de solicitação, concessão, execução, prestação de contas e avaliação dos resultados.

Seção III Das Despesas com Pessoal e Encargos

Art. 73. No caso da despesa de pessoal chegar a ultrapassar o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 20, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica vedada a realização de despesas com hora extra, ressalvadas:

- I - às áreas de saúde, educação e assistência social;
- II - os casos de necessidade temporária de excepcional interesse público;
- III - às ações de defesa civil.

Art. 74. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, para atender ao inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.



Art. 75. Para cumprimento do disposto no art. 7º, inciso IV e no art. 37, inciso X da Constituição Federal, a proposta orçamentária conterá margem de expansão nas despesas de pessoal estimada para o exercício de 2019, devendo ser considerado no cálculo o percentual de acréscimo estabelecido para o salário mínimo nacional do referido exercício.

Parágrafo único. Nas projeções de expansão das despesas de pessoal que integram o Anexo de Metas Fiscais desta LDO, para a remuneração dos servidores municipais, nos termos da legislação federal respectiva, estima-se o valor atribuído para o salário mínimo vigente no país, previsto para R\$ 998,00 a partir de 1º de janeiro de 2019 como piso salarial.

Art. 76. Para as despesas que já estejam previstas na margem de expansão incluída nas dotações de pessoal da LOA de 2019, quando da apresentação de projeto de lei para sua concessão, não haverá impacto orçamentário-financeiro a demonstrar.

Art. 77. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono para atendimento das disposições do art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de julho de 2007, bem como para pagar o valor do salário mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, até a aprovação de lei municipal contemplando o reajuste.

Parágrafo único. Os abonos concedidos serão compensados quando da concessão de revisão e reajustes, devendo constar os critérios nas leis específicas que concederem as revisões e reajustes.

Art. 78. Poderá haver expansão das ações do Governo Municipal que venham a implicar em aumento de despesa com pessoal, desde que sejam respeitados os limites legais.

§ 1º. O Poder Executivo poderá consignar dotações no orçamento para 2019 destinadas a realização de concurso público para preenchimento de cargos e vagas previstas na organização funcional do Município, ou para esse fim criadas, assim como, implantação de programas de desenvolvimento profissional dos servidores municipais, respeitados os limites previstos na Lei 101/2000.

§ 2º. Também constará no orçamento dotações para o custeio de programas de reestruturação administrativa e modernização da gestão pública municipal.

Art. 79. Será apresentado, bimestralmente ao Conselho de Controle Social do FUNDEB, demonstrativos de aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), devendo ser registrado em atas, das reuniões do referido conselho, a entrega dos demonstrativos.

Parágrafo único. A apresentação da documentação de que trata o caput deste artigo ao Conselho do FUNDEB ocorrerá até o último dia do mês subsequente.

Art. 80. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo, consoante disposições da Constituição Federal, adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;



- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão harmonizadas com as disposições constitucionais, especialmente o art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal e legislação infraconstitucional pertinente.

Seção IV Das Despesas com Seguridade Social

Art. 81. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Subseção I Das Despesas com a Previdência Social

Art. 82. Serão Incluídas dotações no orçamento de 2019 para realização de despesas em favor da previdência social, devendo os pagamentos das obrigações patronais em favor do RGPS e RPPS serem feitos nos prazos estabelecidos na legislação vigente, juntamente com o valor das contribuições retidas dos servidores municipais.

§ 1º. O empenhamento das despesas com obrigações patronais poderá ser estimativo para o exercício, por competência, devendo haver o processamento da liquidação em cada mês de competência, de acordo com a legislação previdenciária.

§ 2º. Respeitadas as disposições da legislação específica, serão deduzidos das obrigações patronais os valores dos benefícios pagos diretamente pelo Município aos servidores segurados.

§ 3º. O pagamento das obrigações previdenciárias tem prioridade em relação às demais despesas de custeio.

Art. 83. Fica autorizado ao Poder Executivo realizar pagamentos das contribuições previdenciárias por meio de débito automático na conta de fundos e tributos em favor dos regimes previdenciários.

Art. 84. O Poder Executivo encaminhará projeto de lei à Câmara de Vereadores, quando, diante da necessidade de alterar alíquotas de contribuições, para o RGPS e RPPS e/ou para atualizar dispositivos da legislação local, para adequá-la às normas e dispositivos de Lei Federal, dentro do exercício de 2019.

Subseção II Das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.



Art. 85. Para fins de aplicação de recursos públicos em saúde, considerar-se-ão as ações e serviços públicos voltados para a promoção, proteção e recuperação que atendam aos princípios estatuidos no art. 7º da Lei nº 8.080, de 1990 e atualizações.

§ 1º. O recolhimento de lixo hospitalar, não é considerado aplicação de recursos em saúde devendo ser a despesa custeada por meio de dotações para custeio da limpeza urbana e destinação final dos resíduos sólidos.

§ 2º. São provisões da política de saúde do Município os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de rodas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, assunção de despesas com exames médicos, apoio financeiro para tratamento fora do domicílio, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e outras necessidades de uso pertinentes às atividades de saúde, que passam a integrar o orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

§ 3º. Fica permitida a realização de despesas com o custeio de casa de passagem para hospedar pacientes do Município durante o período de atendimento e/ou prestação de exames em outro Município ou na Capital do Estado.

Art. 86. As transferências voluntárias de recursos da União para a área de saúde que estejam condicionadas a contrapartida nos termos da LDO da União para 2019, deverão ter dotações no orçamento do Município para seu cumprimento.

Art. 87. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho Municipal de Saúde, aos órgãos de Controle Externo e publicará em local visível do prédio da Prefeitura, assim como entregará para publicação na Câmara de Vereadores o demonstrativo de recebimento e aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, bimestralmente.

Parágrafo único. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos do Fundo Municipal de Saúde, ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle e do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 88. Compete ao Conselho Municipal de Saúde registrar em ata o recebimento dos demonstrativos contábeis e financeiros citados no caput do artigo 87 e examinar o desempenho da gestão dos programas de saúde em execução no Município.

Art. 89. Integrará a prestação de contas anual:

- I - a Programação Anual de Saúde;
- II - o Relatório Anual de Saúde.

Art. 90. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo será conclusivo e fundamentado e emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.



Art. 91. O Gestor do Fundo Municipal de Saúde elaborará a programação financeira do Fundo, executará o orçamento, emitirá balancetes de receitas e despesas, mensalmente, e dará conhecimento ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 92. O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará em portal da transparência, na Internet, a execução orçamentária diária, nos termos da lei.

Subseção III Das Despesas com Assistência Social

Art. 93. Para atender ao disposto no art. 203 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da legislação aplicável.

Art. 94. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

Art. 95. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social.

Art. 96. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção V Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art. 97. Integrará à prestação de contas anual o Relatório de Gestão da Educação Básica e demais disposições contidas no art. 27 da Lei nº. 11.494, de 2007 e normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 98. As prestações de contas de recursos do FUNDEB, apresentadas pelos gestores aos órgãos de controle, serão instruídas com parecer do Conselho de Controle Social do Fundo, devendo o referido parecer, fundamentado e conclusivo, ser apresentado ao Poder Executivo no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 99. Será apresentada, preliminarmente, ao Conselho de Controle Social do FUNDEB a prestação de contas anual referente às receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo o conselho apreciar e emitir parecer dentro de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da prestação de contas.

Art. 100. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB, assim como os referentes às despesas realizadas,



ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho de Controle Social do FUNDEB.

Art. 101. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho de Controle Social do FUNDEB, aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no Prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo VIII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

Art. 102. Integrará o Orçamento do Município para 2019 uma tabela demonstrativa do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante a aplicação de pelo menos 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Seção VI

Dos Repasses de Recursos ao Poder Legislativo

Art. 103. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2019 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2018, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2019, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de fundos ao Poder Legislativo em 2019.

Art. 104. A Câmara de Vereadores enviará à Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção VII

Das Despesas com Serviços de Outros Governos

Art. 105. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, pactos formais e termos de cooperação, no orçamento de 2019, para o custeio de despesas referentes a atividades ou serviços próprios de outros governos.

Art. 106. A assunção de despesas e serviços de responsabilidade do Estado fica condicionada a formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes, aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município.

Seção VIII

Das Despesas com Cultura e Esportes

Art. 107. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos, ficando a concessão de prêmios subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

Art. 108. Nos programas culturais de que trata o art. 107 desta Lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações



culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Art. 109. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível com os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Art. 110. O Município também apoiará e incentivará o esporte e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal e regulamento local.

Seção IX Dos Créditos Adicionais

Art. 111. Os créditos adicionais especiais, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto Executivo.

Art. 112. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do *caput* deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;

Parágrafo único. Nos recursos de que trata o inciso III do *caput* deste artigo, poderão ser utilizados os valores das dotações consignadas na reserva de contingência.

Art. 113. As solicitações ao Poder Legislativo, de autorizações para abertura de créditos adicionais conterá justificativa de sua formulação, na mensagem que encaminhar o respectivo projeto de lei.

Art. 114. As propostas de modificações do projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 115. Durante o exercício os projetos de Lei, enviados à Câmara Municipal de Vereadores, destinados a abertura de créditos especiais, incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar a execução dos programas de governo envolvidos, com a execução orçamentária respectiva.



Art. 116. Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2018 poderão ser reabertos em 2019, até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício.

Art.117. As permutas de fontes de recursos, respeitadas a mesma categoria de programação, categoria econômica da despesa, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa, não constituem créditos adicionais ao orçamento.

Parágrafo único. As alterações nos recursos orçamentários efetuadas nos termos do caput deste artigo serão efetuadas através de decreto do Poder Executivo.

Art.118. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, ou Autarquias da Administração Indireta, estas solicitarão por ofício ao Poder Executivo, para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar as mesmas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo indicará tanto a dotação que será suplementada, como aquela que será anulada no Orçamento dos órgãos solicitantes, quando da solicitação de abertura de crédito adicional ao Executivo, nos termos do caput deste artigo.

Art.119. Os créditos extraordinários são destinados a despesas imprevisíveis e urgentes como em caso de calamidade pública, consoante disposições do § 3º do art. 167 da Constituição Federal, e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os créditos extraordinários, respeitada a legislação federal pertinente, não dependem de recursos orçamentários para sua abertura.

Art. 120. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos de nº 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

Seção X Das Mudanças na Estrutura Administrativa

Art. 121. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

Art.122. Havendo mudança na estrutura administrativa que tenha sido autorizada pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2019, ou em crédito especial, decorrentes da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.



§ 1º. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* poderá haver reajuste na classificação funcional.

§ 2º. Mudanças na estrutura administrativa autorizada por Lei, onde conste autorização para abertura de crédito adicional especial no final do exercício de 2018, em consonância com a regra do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, ocorrida após a apresentação da proposta orçamentária à Câmara, poderão ser reabertos no mês de janeiro de 2019, para que seja iniciada a execução orçamentária do referido exercício com a nova estrutura.

Seção XI Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos

Art. 123. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais de que trata o *caput* deste artigo deverão ser entregues até o último dia útil do mês de agosto de 2018, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto do PPA 2018/2021 e na proposta orçamentária para 2019.

Art. 124. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

§1º Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação aplicável.

§2º. É vedada à vinculação de receita a fundo ou despesa, ressalvadas as disposições do art. 167, inciso IV da Constituição da República e disposições do art. 71 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 125. Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo nos termos da legislação aplicável.

§ 1º. Os gestores dos fundos apresentarão aos Conselhos, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativos da execução orçamentária do fundo respectivo.

§ 2º. Os conselhos reunir-se-ão regularmente e encaminharão cópia das atas ao Poder Executivo e aos gestores de fundos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a reunião, para que cópia das atas integre as prestações de contas que serão encaminhadas aos órgãos de controle.

§ 3º. Os pareceres de conselhos sobre as prestações de contas serão fundamentados e deverão opinar objetivamente sobre as contas apresentadas, devendo ser emitidos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas e expedidas cópias autênticas ao Poder Executivo e ao gestor de fundo, para encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo.



§ 4º. A omissão de prestação de contas por parte do gestor do fundo implica em tomada de contas especial, na forma da lei ou de regulamento.

Art. 126. O Órgão Central de Controle Interno do Município acompanhará a execução orçamentária dos fundos especiais existentes no Município, nos termos da legislação pertinente, assim como o envio pelo fundo, à Contabilidade Geral do Município, dos dados e informações em meio eletrônico para disponibilização a sociedade e aos órgãos de controle.

Parágrafo único. Preferencialmente será adotado banco de dados único para o Poder Executivo, devendo os fundos e entidades da administração indireta adotar os procedimentos estabelecidos pelo órgão central de contabilidade.

Seção XII Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 127. O Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será publicado da forma definida na legislação pertinente.

§ 1º A contabilidade terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário e financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informados pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas por meio do programa novo, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

§ 2º Idêntico prazo, ao do § 1º, terá o setor de recursos humanos para disponibilizar folhas de pagamento simuladas que instruirão cálculos de estudo de impacto orçamentário e financeiro para efeito de análise de reflexos de acréscimos na despesa de pessoal na hipótese de concessão de reajuste salarial.

Art. 128. As entidades da administração indireta, fundos e ou autarquias, e do Poder Legislativo disponibilizarão dados, demonstrativos e informações contábeis ao Órgão de Contabilidade Geral do Município para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social.

Art. 129. O Órgão Central de Controle Interno conferirá a exatidão dos dados e informações de que trata o art. 128, assim como o cumprimento dos prazos.

Art. 130. Antecede à geração de despesa nova a publicação de demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário e financeiro.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e atualizações posteriores.



Art. 131. No caso das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não serem cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, os Poderes promoverão reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, fixadas por atos próprios as limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 132. No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos procedimentos para a limitação de empenho, devendo ser seguida a seguinte ordem de prioridade:

- I - obras não iniciadas;
- II - desapropriações;
- III - instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - contratação de pessoal;
- V - serviços para a expansão da ação governamental;
- VI - materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VII - fomento ao esporte;
- VIII - fomento à cultura;
- IX - fomento ao desenvolvimento;
- X - serviços para a manutenção da ação governamental;
- XI - materiais de consumo para a manutenção da ação governamental.

Parágrafo único. A limitação de empenho e a movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

Art. 133. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal e encargos sociais.

Art. 134. Havendo alienação de bens será aberta conta específica para recebimento e movimentação dos recursos, que serão destinados apenas à realização de despesas de capital.

Parágrafo único. As receitas de capital originárias da alienação de bens adquiridos e em uso na Câmara de Vereadores serão utilizadas para aquisição de novos bens para uso do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Seção Única Da Programação Financeira

Art. 135. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2019, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimestrais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

§ 1º. Os anexos da Lei Orçamentária de 2019 poderão ser elaborados, aprovados e publicados com o detalhamento da despesa até o nível de modalidade de aplicação, situação em que fica dispensada a publicação do quadro de detalhamento da despesa.



§ 2º. O Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará a natureza até o elemento de despesa de acordo com a classificação nacionalmente unificada e de conformidade com os grupos de despesa de cada dotação.

§ 3º. O Decreto que aprovar a programação financeira será instruído com a indicação da metodologia utilizada para elaboração dos demonstrativos que integrem a programação.

§ 4º. O cronograma mensal de desembolso será elaborado considerando a divisão da receita estimada e da despesa autorizada por 12 (doze), correspondendo aos meses do exercício.

§ 5º. Durante a execução orçamentária no exercício de 2019, na construção da programação financeira levar-se-á em consideração a receita efetivamente realizada, frente às projeções estimadas no cronograma mensal de desembolso, para propiciar tomar decisões sobre providências para contingenciamento de despesas e/ou para geração de superávit primário.

Art. 136. Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou seja, receita arrecadada até o bimestre, inferior à previsão, aplicam-se às normas estabelecidas nos artigos 132 e 133 desta Lei.

Art. 137. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 138. Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão aplicados apenas no atendimento do objeto da sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele que ocorrer o ingresso.

CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção única Das Prestações de Contas

Art. 139. A prestação de contas do Poder Executivo, relativa ao exercício de 2019, será apresentada, até o dia 31 de março de 2020 ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado da Pernambuco, composta da documentação e das demonstrações contábeis:

- I - do Poder Executivo; e
- II - de forma consolidada do Município, incluindo os balanços consolidados de ambos os Poderes.

§ 1º. Será disponibilizado à Câmara, ao Tribunal de Contas e colocado na Internet à disposição da sociedade a prestação de contas do exercício de 2019, em versão eletrônica, na forma estabelecida em lei e/ou regulamento.

§ 2º. Os ordenadores de despesas, gestores de saúde, de educação, de assistência social, fundos e autarquias, e de programas farão relatório de gestão no mês de dezembro de 2019, para apresentação aos órgãos de controle.



§ 3º. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira dos convênios, contratos e outros instrumentos, assim como acompanhará o processo de elaboração da respectiva prestação de contas no exercício de 2019.

Art. 140. O titular do órgão central de controle interno apresentará relatório geral das atividades do órgão junto com a prestação de contas geral do Poder Executivo de 2019.

CAPÍTULO VIII DO ORÇAMENTO E DA GESTÃO DOS FUNDOS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Seção Única

Do Orçamento e da Gestão dos Fundos e Órgãos da Administração Indireta

Art. 141. Os orçamentos dos órgãos da administração indireta e fundos municipais poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Parágrafo único. A regra do caput aplica-se as autarquias e demais entidades da administração indireta.

Art. 142. Os gestores dos fundos encaminharão os respectivos planos de aplicação ou propostas parciais do orçamento respectivo, consoante estimativa da receita, até 31/08/2018 ao Poder Executivo, para efeito de inclusão e consolidação na proposta orçamentária.

Art. 143. Os gestores de órgãos e entidades da administração indireta terão o mesmo prazo do art. 142 para enviar as propostas orçamentárias parciais do orçamento respectivo à Secretaria de Finanças.

Art. 144. Quando da elaboração dos planos de aplicação para programas e ações em favor do menor e do adolescente, deverão ser incluídas as despesas com os Conselheiros Tutelares.

Art. 145. Os fundos de natureza contábil e os fundos especiais que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras, bem como na hipótese dos gestores não enviarem seus planos de aplicação, propostas parciais ou informações suficientes, até a data estabelecida no art. 142, terão seus orçamentos elaborados pela Secretaria de Finanças.

Art. 146. Os planos de aplicação de que trata o art. 144 desta Lei e o art. 2º, §2º, inciso I da Lei Federal nº 4.320, de 1964, serão compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 147. Serão consignadas dotações orçamentárias específicas para o custeio de despesas com pessoal e encargos vinculados aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, compreendendo:

- I - despesas de pessoal de magistério da educação básica;
- II - demais despesas de pessoal da educação básica.



Art.148. Os programas destinados a atender ações finalísticas e aqueles financiados com recursos provenientes de transferências voluntárias oriundas de convênios, preferencialmente, deverão ser administrados por gestor designado pelo Prefeito ou pelo gestor do fundo a qual esteja vinculado.

Art. 149. O gestor de programas finalísticos e de convênios acompanhará a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas pelo programa e alcance dos objetivos do convênio.

Art. 150. O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitirá relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

Parágrafo único. O Gestor de Convênios será responsável pela prestação de contas do convênio respectivo até sua regular aprovação, monitoramento do CAUC, alimentação e consultas ao Sistema de Convênios (SICONV) e atendimento de diligências.

Art.151. Serão realizadas audiências públicas para cumprimento das disposições especificadas na legislação aplicável, especialmente para demonstrar o cumprimento de metas fiscais e o desempenho dos gestores de fundos e entidades da administração indireta.

Art.152. Os conselheiros municipais, integrantes dos conselhos de controle social respectivos, deverão ser convidados para as audiências públicas.

Art. 153. Aplicam-se aos gestores de programas as disposições desta seção.

CAPÍTULO IX DAS VEDAÇÕES LEGAIS Seção Única Das Vedações

Art. 154. É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

Art.155. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
- III - a abertura de créditos suplementar ou especial sem autorização legislativa;
- IV - a inclusão de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados ao pagamento de precatórios;



V - a movimentação de recursos oriundos de convênios em conta bancária que não seja específica;

VI - a transferência de recursos de contas vinculadas a fundos, convênios ou despesas para outra conta que não seja a do credor de obras, serviços ou fornecimento de bens legalmente contratados com recursos do convênio;

Art. 156. Não se inclui nas vedações a assunção de obrigações decorrentes de parcelamentos de dívidas com órgãos previdenciários, Receita Federal do Brasil, FGTS e PASEP, bem como junto a concessionárias de água, de energia elétrica e de tributos municipais, obedecida a legislação pertinente.

CAPÍTULO X DAS DÍVIDAS E DO ENDIVIDAMENTO

Seção I Dos Precatórios

Art.157. O orçamento para o exercício de 2019 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art.158. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2018, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2019.

Art.159. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficiar aos Tribunais de Justiça e do Trabalho, para efeito de conferência dos registros e ordem de apresentação.

Art.160. Para fins de acompanhamento, a Procuradoria Municipal examinará todos os precatórios e informará aos setores envolvidos, especialmente os órgãos citados no artigo 159, orientará a respeito do atendimento de determinações judiciais e indicará a ordem cronológica dos precatórios existente no Poder Judiciário.

Seção II Da Celebração de Operações de Crédito

Art. 161. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2019, autorização para celebração de operações de crédito.

Art. 162. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2019, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.



Art. 163. É permitida a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) no exercício de 2019, observadas as disposições da legislação nacional específica e orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 164. Constará do projeto de lei orçamentária autorização para celebração de operações de crédito por antecipação de receita.

Art.165. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada em prazo superior a 60(sessenta) meses precisará de autorização da Câmara de Vereadores.

Seção III

Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada

Art.166. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art.167. Serão consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais das dívidas.

Art. 168. Serão consignadas no Orçamento de 2019 dotações para o custeio do serviço das dívidas públicas, inclusive àquelas relacionada com operações de crédito de longo prazo, contratadas ou em processo de contratação junto aos órgãos ou agentes financiadores, para a realização de investimentos no Município.

Art. 169. Na proposta orçamentária para 2019 será considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Dos Prazos, Tramitação, Sanção e Publicação da Lei Orçamentária

Art.170. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2019 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 15 de outubro de 2018 e devolvida para sanção até 30 de novembro de 2018.

Art.171. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2019, será entregue ao Poder Executivo até o último dia útil do mês de agosto de 2018, para efeito de inclusão das dotações do Poder Legislativo na proposta orçamentária do Município, referenciada no art. 170, desta Lei.

§ 1º. Junto com a proposta orçamentária para inclusão no Orçamento, de que trata o artigo anterior, a Câmara de Vereadores enviará, ao Poder Executivo, os programas do Poder Legislativo que serão incluídos constantes do Plano Plurianual PPA 2018-2021.



Art. 172. A despesa autorizada para o Poder Legislativo no Orçamento de 2019 terá a execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada até o final do exercício de 2018 conforme estabelece o art. 29-A e seus incisos, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art.173. Caso o Projeto da Lei Orçamentária (LOA 2019) não for sancionado até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada em 2019 para o atendimento de:

- I - despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ações de prevenção a desastres classificadas na Subfunção Defesa Civil;
- III - ações em andamento;
- IV - obras em andamento;
- V - manutenção dos órgãos e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos;
- VI - execução dos programas finalísticos e outras despesas correntes de caráter inadiável.

Art. 174. Ocorrendo a situação prevista no caput do artigo anterior, para despesas de pessoal, de manutenção das unidades administrativas, despesas de caráter continuado e para o custeio do serviço e da amortização da dívida pública, fica autorizada a emissão de empenho estimativo para o exercício.

Art. 175. No caso de haver comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito da Câmara Municipal, poderá haver retificação nos autógrafos da Lei Orçamentária de 2019.

Seção II

Da Transparência, das Audiências Públicas e das Disposições Finais e Transitórias.

Art. 176. A transparência da gestão municipal também será assegurada por meio de:

- I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração do orçamento e dos planos;
- II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico de acesso público.

Art. 177. Os relatórios de execução orçamentária (RREO) e de gestão fiscal (RGF), bem como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a prestação de contas serão disponibilizados na internet pelo Poder Executivo, para conhecimento público.

Art. 178. A comunidade poderá participar da elaboração da LOA/2019 por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

- I - ao Poder Executivo, até o dia 1º de setembro de 2018, junto à Secretaria de Finanças;
- II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária e do projeto do plano plurianual, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão, com ou sem a participação do Poder Executivo.



Art. 179. Serão elaboradas atas das audiências públicas e registro de presenças.

Art. 180. Para fins de realização de audiência pública será observado:

I - Quanto ao Poder Legislativo:

- a) Que a condução da audiência pública fique a cargo da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;
- b) Convocar a audiência com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e comunicar formalmente ao Poder Executivo.

II - Quanto ao Poder Executivo:

- a) Receber comunicação formal da data da audiência, quando realizada na Câmara de Vereadores;
- b) Disponibilizar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da audiência de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Resumido de Execução Orçamentária (RREO);
- c) Quando a audiência pública for realizada no âmbito do Poder Executivo, seguir o mesmo prazo do Inciso I, alínea "b", deste artigo e comunicar, formalmente, à Câmara de Vereadores e aos Conselhos de Controle Social.

§ 1º. Poderão ser realizadas audiências públicas conjuntas dos Poderes Legislativo e Executivo, na Câmara de Vereadores, para tratar da LOA 2019.

§ 2º. As atas das audiências públicas serão disponibilizadas ao Poder Executivo para juntar à prestação de contas do exercício de 2019.

Art. 181. Os titulares dos Poderes referidos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 disponibilizarão, por meio do SICONFI, os respectivos relatórios de gestão fiscal, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada quadrimestre ou semestre, conforme enquadramento.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo demonstrativo da Receita Corrente Líquida, para propiciar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do Legislativo.

Art. 182. Para a realização de investimentos e de obras estruturadoras, poderão ser feitas parcerias público-privadas, nos termos da Lei Federal nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

Art. 183. Após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, ainda no exercício de 2018, o Poder Executivo poderá:

I - planejar as despesas para execução de programas, realização dos serviços públicos e execução de obras, fazer a programação das necessidades, elaborar projetos básicos e termos de referência, estabelecer programação financeira e cronograma de desembolso;

II - autorizar o início de processos licitatórios para contratação no próximo exercício, indicando as dotações orçamentárias constantes no orçamento de 2019.

Art. 184. Integram esta Lei os seguintes anexos:

I - ANEXO I: Anexo de Metas e Prioridades;



Prefeitura Municipal de Orobó

Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo



- II - ANEXO II: Anexo de Metas Fiscais;
- III - ANEXO III: Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 185. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 18 de setembro de 2018; 90ª da Emancipação.


CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Prefeito

 Prefeitura Municipal de Orobó
Secretaria Municipal de Administração
Publicado em 18/09/2018
Secretário

 Prefeitura Municipal de Orobó

Júlia Maria Leal de Aguiar
Secretaria Municipal de Administração

Documento Assinado Digitalmente por: CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: ff078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais



Exercício 2019

AME - (LRF, art. 4º, §3º)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS FISCAIS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ocorrência de Passivos Contingentes	484.428	Abertura de Créditos Adicionais para Cobertura de Passivos Contingentes	484.428
TOTAL	484.428	TOTAL	484.428

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://ste.cce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: ff078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62



Prefeitura Municipal de Orohó
 Secretaria de Finanças
 Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Demonstrativo I - Metas Anuais



Exercício 2019
 R\$ 1,00

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	70.394.000	67.363.261	44,850	73.386.381	67.264.000	46,716	76.305.308	67.364.000	46,716
Receitas Primárias (I)	60.928.658	66.915.462	44,552	72.808.544	66.916.233	46,448	73.896.737	66.916.208	46,448
Despesa Total	70.394.000	67.363.261	44,850	73.386.381	67.364.000	46,750	76.305.208	67.364.000	46,750
Despesas Primárias (II)	68.939.343	65.970.663	43,923	71.809.266	65.971.421	43,756	74.923.307	65.971.380	43,756
Resultado Primário (III) = (I - II)	9.989.315	9.944.799	0,529	1.029.278	9.944.812	0,529	1.073.031	9.944.812	0,529
Resultado Nominal	-1.000.000	-956.538	-6,637	-680.000	-624.197	-4,433	-708.900	-624.197	-4,433
Dívida Pública Consolidada	22.000.000	21.052.632	14,017	22.935.000	21.052.873	14,617	23.909.738	21.052.864	14,617
Variação Consolidada Líquida	16.000.000	15.311.005	10,194	16.680.000	15.311.180	10,627	17.388.900	15.311.174	10,627

Receitas Primárias Adicionalizadas da PPP (IV)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

VARIAÇÕES

	2019	2020	2021
IB Real (Crescimento) % anual	3,00	3,00	3,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	6,30	6,50	6,30
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do Ano)	3,50	3,40	3,50
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50	4,75	4,25
Preço do PIB do Estado - R\$ milhões	156.953.000,00	156.923.000,00	156.953.000,00

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
 Acesse em: <https://stc.cde.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-4228994a0b62



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior



AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

Exercício 2019

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (d)
Receita Total	91.839.000	58,513	54.531.058	34,743	-37.307.942	-40,62
Receitas Primitivas (I)	91.228.500	58,124	54.238.209	34,515	-36.990.291	-40,55
Despesas Totais	91.839.000	58,513	54.180.784	34,520	-37.658.216	-40,90
Despesas Primárias (II)	90.264.000	57,516	52.827.006	33,657	-37.436.994	-41,57
Resultado Primário (III) = (I - II)	964.500	0,614	1.411.203	0,895	446.703	46,32
Dívida Pública Consolidada	-1.270.713	-0,810	267.289	0,170	1.538.004	120,27
Dívida Consolidada Líquida	20.907.629	13,323	20.907.629	13,323	0	0,00
	16.847.889	10,754	20.907.629	13,323	4.059.740	24,09

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Recurso do PIB Estadual para 2017	130.552.000
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2017	130.552.000

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://sica.fce.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-9148-4228994a0b62



Prefeitura Municipal de Orobó
Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios



Exercício: 2019

AMP - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	
Receita Total	83.490.000	91.839.000	10,00	91.839.000	-0,00	70.394.000	(23,35)	73.386.381	4,25	76.505.300	4,25
Receitas Primárias (I)	82.915.000	91.228.500	10,00	91.228.500	0,00	69.926.658	(23,35)	72.898.544	4,25	75.996.200	4,25
Despesa Total	83.290.000	91.839.000	10,00	91.833.400	-0,02	70.394.000	(23,36)	73.386.381	4,25	76.505.200	4,25
Despesas Primárias (II)	81.990.000	90.264.000	10,09	90.031.400	(0,26)	68.534.343	(23,43)	71.869.264	4,25	74.923.200	4,25
Resultado Primário (III) = (I - II)	945.000	964.500	2,06	1.197.100	24,12	967.347	(17,52)	1.029.278	4,25	1.073.000	4,25
Resultado Nominal	18.118.002	-1.270.713	(107,0)	132.111	(111,9)	-4.000.000	(757,4)	680.000	(108,1)	708.900	4,25
Dívida Pública Consolidada	20.630.328	20.907.619	1,30	22.000.000	5,22	22.000.000	0,00	22.935.000	4,25	23.989.700	4,25
Dívida Consolidada Líquida	18.118.002	16.647.899	(7,01)	17.000.000	0,90	16.000.000	(5,88)	16.680.000	4,25	17.388.900	4,25

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	
Receita Total	78.541.363	83.963.247	6,90	91.839.000	9,38	62.343.261	(28,63)	67.364.056	0,00	67.364.056	0,00
Receitas Primárias (I)	78.019.755	83.405.101	6,90	91.228.500	9,38	66.915.462	(26,63)	66.916.255	0,00	66.916.255	0,00
Despesa Total	78.541.363	83.963.247	6,90	91.833.400	9,40	67.363.261	(28,66)	67.364.056	0,00	67.364.056	0,00
Despesas Primárias (II)	77.130.762	82.521.313	6,99	90.031.400	9,16	65.990.663	(28,72)	65.971.421	0,00	65.971.421	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	888.993	883.788	(0,81)	1.197.100	35,56	948.799	(21,08)	944.835	0,00	944.835	0,00
Resultado Nominal	17.044.781	-1.161.742	(106,8)	152.111	(113,0)	-956.938	(729,1)	624.197	(165,2)	624.197	0,00
Dívida Pública Consolidada	19.617.055	19.114.663	(1,56)	22.000.000	15,09	21.052.632	(4,33)	21.052.632	0,00	21.052.632	0,00
Dívida Consolidada Líquida	17.044.781	15.403.080	(9,63)	17.000.000	10,57	15.311.005	(9,94)	15.311.180	0,00	15.311.170	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
4,30	2,90	1,30	4,50	4,25	4,25

Documento Assinado Digitalmente por: CLIBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
 Acesso em: https://scc.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.sscam?codigo_documento=10078026-c2d7-47e8-914a-4228994a0b62



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Exercício: 2019

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio / Capital	-102.149.215	100,00	-92.393.780	100,00	-88.762.241	100,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Resultado Acumulado		0,00		0,00		0,00
TOTAL	-102.149.215	100	-92.393.780	100	-88.762.241	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio	-102.583.628	100,00	-87.525.904	100,00	-82.785.898	100,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Lucro em Prejuízos Acumulados		0,00		0,00		0,00
TOTAL	-102.583.628	100	-87.525.904	100	-82.785.898	100

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Exercício: 2019

AMF - Tabela 5 (URF, art. 4º, §2º, inciso III)

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

RECEITAS REALIZADAS			
	2017 (a)	2016 (b)	2015
Receitas de Capital			
Alienação de Bens	58.200	0	0
Alienação de Bens Móveis	58.200	0	0
Alienação de Outros Bens Móveis	58.200	0	0
TOTAL	58.200	0	0
DESPESAS REALIZADAS			
	2017 (b)	2016 (c)	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital			
Investimentos	58.200	0	0
Inversões Financeiras	58.200		
Amortização da Dívida			
Despesas Correntes do RPPS			
TOTAL	58.200	0	0
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - c) + (g)	(g)
	0	0	0



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finançãs

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Exercício 2019



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: https://stc.cce.te.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior)
2018	6.739.836	7.138.505	-398.669	-398.669
2019	7.683.512	8.074.273	-390.764	-789.433
2020	8.776.419	8.842.074	-65.655	-855.088
2021	9.981.090	9.774.500	206.590	-648.498
2022	11.385.301	10.527.399	857.903	-209.405
2023	13.018.001	11.195.614	1.822.387	2.031.792
2024	14.769.167	12.416.687	2.352.481	4.384.273
2025	16.829.895	13.238.867	3.591.027	7.975.300
2026	19.101.387	14.436.159	4.665.228	12.640.528
2027	21.656.530	15.691.893	5.964.637	18.605.165
2028	24.356.540	17.720.135	6.636.405	25.241.569
2029	27.366.939	19.601.758	7.765.181	33.006.750
2030	30.645.436	21.795.774	8.853.661	41.858.412
2031	34.362.099	23.628.997	10.733.102	52.591.514
2032	38.481.086	25.704.204	12.776.882	65.368.396
2033	43.074.843	27.851.064	15.223.778	80.592.174
2034	48.205.304	30.100.998	18.104.306	98.696.480
2035	54.005.676	32.173.354	21.832.322	120.528.802
2036	60.668.898	33.761.334	26.907.564	147.436.366
2037	68.118.169	35.839.600	32.278.570	179.714.936
2038	76.568.725	37.788.124	38.780.601	218.495.537
2039	85.911.125	40.645.904	45.265.161	263.760.698
2040	96.487.903	43.131.333	53.356.640	317.117.338
2041	108.573.254	44.989.767	63.583.487	380.700.825
2042	122.238.806	47.071.641	75.147.164	455.847.989
2043	137.745.494	48.840.860	88.904.634	544.752.623
2044	155.352.251	50.592.925	104.759.327	649.511.950
2045	175.183.481	52.797.832	122.385.649	771.897.599
2046	197.722.492	54.464.578	143.262.914	915.160.513
2047	223.281.817	56.019.745	167.262.072	1.082.422.584
2048	252.155.795	57.750.479	194.405.316	1.276.827.901
2049	284.928.219	58.971.181	225.957.039	1.502.784.940
2050	322.047.081	60.015.405	262.031.676	1.764.816.616
2051	369.345.829	60.989.120	308.356.709	2.073.173.325
2052	428.498.524	61.741.417	366.757.107	2.439.930.432



Prefeitura Municipal de Orobó
 Secretaria de Finanças
 Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS



Exercício 2019

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.402.750,00	2.400.000,00
Receitas Correntes	2.402.750,00	2.400.000,00
Receitas de Contribuições	2.308.500,00	2.300.000,00
Contribuições Sociais	2.308.500,00	2.300.000,00
Receita Patrimonial	93.000,00	90.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	93.000,00	90.000,00
Outras Receitas Correntes	1.250,00	1.000,00
Multas e Juros de Mora	1.250,00	1.000,00
Indenizações e Restituições		
Receitas Diversas		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.055.000,00	3.000.000,00
Contribuições Sociais	3.055.000,00	3.000.000,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS		
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS		
OUTROS APORTES AO RPPS		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	5.457.750,00	5.400.000,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)	5.475.000	5.400.000
Previdência Social	5.175.000	5.100.000
DESPESAS CORRENTES	5.175.000	5.100.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.770.000	4.700.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	355.000	300.000
DESPESAS DE CAPITAL	50.000	55.000
INVESTIMENTOS	50.000	55.000
Reserva de Contingência	300.000	300.000
Reserva de Contingência	300.000	300.000
Reserva de Contingência	300.000	300.000
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)	20.000	22.000
Previdência Social	20.000	22.000
DESPESAS CORRENTES	20.000	22.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.000	22.000
Reserva do RPPS	300.000	330.000
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	5.895.000	6.084.000
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	-37.250	-39.000
SAÍDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS		

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
 Acesse em: <https://scte.tce.pe.gov.br/epv/validaDocs/semCodigo.do> documento: 1f078026-02d7-47e8-914a-422a994a0b62



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita



Exercício 2019

AMF - Tabela W (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
NADA A REGISTRAR						
TOTAL						

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://eic.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício 2019



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stc.cei.br/pe.gov.br/epp/validaDoc.shtm> Código do documento: ff078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

EVENTOS	Valor Previsto para 2019
Aumento Permanente de Receita	R\$ 9.585
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEF	R\$ 1.550
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$ 8.035
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	R\$ 8.035
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0
Níveis DOCC	
Níveis DOCC gerados por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III + IV)	R\$ 8.035



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Anexos de Metas e Prioridades



Exercício 2019

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Classificação Institucional Funcional Programática

01.010 CÂMARA MUNICIPAL DE OROBÓ

28 846 1004 0001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
Objetivo: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

01 031 1001 2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA

01 031 1001 2003 MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO
Objetivo: MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO

01 031 1004 2004 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Objetivo: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

02.020 GABINETE DO PREFEITO

04 122 1003 2006 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
Objetivo: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

04 122 1003 2007 DIVULGAÇÃO OFICIAL
Objetivo: promover as ações de Comunicação do Governo com a sociedade

04 122 1003 2009 MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO
Objetivo: Desenvolver as atividades em vistas da execução do Controle Interno no Município

03.030 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

28 846 1004 0002 PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PASEP
Objetivo: Cumprimento das obrigações Obrigatórias junto ao PASEP

28 846 1004 0003 PAGAMENTO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS (PRECATÓRIOS)
Objetivo: Manter o Município Adimplente perante suas obrigações Judiciais.

09 271 1004 0005 PARCELAMENTO COM O IPREO
Objetivo: Amortização dos Parcelamentos itensificando assim a Capitalização do IPREO.

04 122 1003 1042 CONSTRUÇÃO E OU AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Objetivo: Aquisição de imóveis e ou construção de prédio destinado a necessidades da Administração

04 122 1003 2010 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
Objetivo: Apoio ao funcionamento dos Conselhos Municipais.

04 122 1003 2011 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Objetivo: Desenvolvimento dos serviços da máquina administrativa

04 122 1003 2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EM TECNOLOGIA
Objetivo: Implantar o portal do Servidor; continuar o investimento em tecnologias de transparência municipal; formar banco de dados digital; requalificar o portal de inclusão digital

04 122 1003 2014 TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO
Objetivo: Repasse para Consórcio



Classificação Institucional Funcional Programática

03.030 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

06 182 1003 2015 COORDENAÇÃO MUNICIPAL, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Objetivo: Desenvolver as ações de proteção e defesa civil.

09 271 1003 2016 MANUTENÇÃO INATIVOS E PENSIONISTAS

Objetivo: MANUTENÇÃO INATIVOS E PENSIONISTAS

09 271 1004 2017 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Objetivo: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

04 122 1003 2109 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - ADM

Objetivo: Realizar concurso para provimento de cargos.

04.040 SECRETARIA DE FINANÇAS

28 843 1004 0004 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Objetivo: Amortização das Dívidas, parcelamentos.

04 121 1003 2018 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Objetivo: Desenvolver as atividades relacionadas ao setor contábil

04 123 1003 2019 MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: Desenvolvimento de ações visando modernizar a administração.

04 123 1003 2020 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Objetivo: Desenvolvimento dos serviços administrativos

04 123 1003 2021 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TESOURAIA

Objetivo: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TESOURAIA

99 999 9999 9001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

05.050 SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

12 122 1006 1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Objetivo: Aquisição de dois automóveis para Secretaria Municipal de Educação

12 361 1006 1003 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES

Objetivo: Construção de Escola na Comunidade de Varjão ou em outra localidade conforme demanda.

12 361 1006 1004 REEQUIPAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: Aquisição de carteiras, equipamentos, câmaras para segurança nas escolas ampliação dos equipamentos de laboratórios de informática.

12 361 1006 1005 AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA

Objetivo: Aquisição de livros para bibliotecas das escolas da rede pública

12 361 1006 1006 DESAPROPRIAÇÃO/AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS SEDUC

Objetivo: Desapropriação/aquisição de imóveis SEDUC

12 361 1006 1007 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo: Renovar a frota de ônibus para atender a demanda de estudantes da rede municipal de ensino



Classificação Institucional Funcional Programática

05.050 SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

12 365 1006 1008 PROINFANTIL - PROG. DE REESTRUTU. E APARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR

Objetivo: Reconstrução e aparelhagem da Rede Infantil

27 812 1009 1010 CONSTRUÇÃO REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

Objetivo: Adquirir terrenos e construção de campos de Futebol (Jundai, Matinadas e Feira Nova); Adquirir terrenos e construção de quadras poli-esportivas (Água Branca, Pirauá, Caiçaras e Varjão, Reformar quadras poliesportivas, Serra Capocira; Vila Matinadas; Escola Paulo Freire.

12 361 1006 1011 AMPLIAÇÃO / REFORMAS EM UNIDADES ESCOLARES

Objetivo: Continuar as reformas nas escolas : Benjamim da Mata (Chã do Rocha), Viração (Sítio Viração); Orobocense (Orobozinho); Helena Ramos (Espinho Preto de Baixo); Lindolfo Coriolano (Espinho d'água Preto de Cima); Abílio Barbosa (Caiçara); Flacertino de Souza Gamão (Encruzilhada - Mamibu); São Geraldo (Inveja); Paulo Freire (Cidade); Leonardo de Araújo Pimentel (Cidade); Sebastião Barbosa (Olho D'água); Ampliar a Escola Chapeuzinho Vermelho

13 392 1010 1043 CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO A CULTURA

Objetivo: Propiciar a construção de espaços destinados a atividades culturais

12 122 1003 1044 CONTRUIR E EQUIPAR A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Objetivo: Construir uma sede própria para a Secretaria Municipal de Educação, com auditório

12 361 1006 2023 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Rec.Próprios

Objetivo: Manutenção das atividades necessárias ao desenvolvimento da Educação voltada ao Ensino Fundamental

12 361 1006 2024 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FNDE

Objetivo: Continuar elevando os índices de resultados da aprendizagem nas avaliações internas e externas mantendo as atividades necessárias ao desenvolvimento da Educação voltada ao Ensino Fundamental.

12 361 1006 2025 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE

Objetivo: Desenvolver Atividades do Programa PDDE.

12 361 1006 2026 PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL

Objetivo: Ampliar a inclusão digital, garantido o acesso à internet nas escolas

12 361 1006 2027 MANUTENÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E QUALIFICAÇÃO

Objetivo: Manter a formação continuada para os professores da Rede

12 361 1006 2028 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS

Objetivo: Concessão de bolsas de estudos

12 361 1006 2029 DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTOS /KITS ESCOLARES

Objetivo: Garantir a entrega de Kits escolares para todos os estudantes da rede Municipal e fundamento.

12 361 1006 2030 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Objetivo: Distribuição de Material didático para distribuição

12 361 1006 2031 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Objetivo: Manter a distribuição de merenda com qualidade para todos os alunos

12 361 1006 2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo: Atender a todos os alunos da rede municipal com o serviço de transporte escolar



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Anexos de Metas e Prioridades



Exercício 2019

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Classificação Institucional Funcional Programática

05.050 SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

12 364 1006 2033 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

Objetivo: Continuar ofertando o transporte aos estudantes universitários

12 365 1006 2034 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: Manter as atividades atendendo a educação infantil

12 366 1006 2035 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - 60%

Objetivo: Cobertura das despesas com pessoal que atende ao EJA

13 392 1010 2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Objetivo: Manter as ações Culturais

13 392 1010 2037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

Objetivo: Manutenção das atividades da Biblioteca pública incluindo o aumento de seu acervo.

13 392 1010 2038 APOIO ÀS ATIVIDADES FESTIVAS E EVENTOS

Objetivo: Promoção de festivais, eventos culturais exposições e fóruns.

13 392 1010 2039 SUBVENÇÕES A ENTIDADES CULTURAIS

Objetivo: Propiciar o apoio a entidades que promove a cultura

27 812 1009 2040 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

Objetivo: Desenvolver ações esportivas em vistas a melhoria da qualidade de vida. Manter o projeto esporte educacional, seguro e inclusivo. Manter a realização de jogos escolares e campeonatos na cidade e comunidades rurais. Adquirir equipamentos esportivos.

27 812 1009 2041 SUBVENÇÕES À ENTIDADES DESPORTIVAS

Objetivo: Apoiar entidades que desenvolvam ações esportivas

27 812 1009 2042 APOIO AO DESPORTO AMADOR

Objetivo: Desenvolver ações esportivas em vistas a melhoria da qualidade de vida. Manter o projeto esporte educacional, seguro e inclusivo. Manter a realização de campeonatos na cidade e comunidades rurais.

13 392 1010 2043 MANUTENÇÃO DO CLUBE MUNICIPAL

Objetivo: Manter o clube Municipal em funcionamento

12 361 1006 2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 60%

Objetivo: Manter a política salarial cumprido o limite mínimo de aplicação no magistério

12 361 1006 2045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - 40%

Objetivo: Desenvolver as atividades no ensino fundamental custeadas com recursos do FUNDEB

12 122 1003 2110 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - EDUCAÇÃO

Objetivo: Realização de concurso para provimentos de cargos

97.070 SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO

04 122 1003 2008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO

Objetivo: Manutenção das Atividades da Secretaria

88.080 SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS





Classificação Institucional Funcional Programática

08.080 SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 451 2015 1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS

Objetivo: Adquirir máquinas e equipamentos utilizados para melhoria da infraestrutura urbana

15 451 2015 1014 PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE VIAS PÚBLICAS

Objetivo: Promover a pavimentação e repavimentação asfáltica no município

15 451 2015 1015 AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA

Objetivo: Aquisição de patrulha mecanizada

15 451 2015 1016 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

Objetivo: Construção e ampliação de prédios públicos

15 451 2015 1017 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A LIMPEZA PÚBLICA

Objetivo: Aquisição de equipamentos que favoreçam os serviços de limpeza urbana (veículos de coleta, depósito para lixo)

15 451 2015 1018 CONSTRUÇÃO RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CANAIS, MUROS DE ARRIMOS E ENCOSTAS

Objetivo: Construção recuperação e ampliação de canais, muros de arrimos e encostas

15 451 2015 1019 DESAPROPRIAÇÕES

Objetivo: Possibilitar a desapropriação de imóveis que serão destinados a construções em benefício da população

15 452 2015 1021 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA ILUMINAÇÃO

Objetivo: Garantir iluminação pública moderna

15 452 2015 1022 CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS E PRAÇAS PÚBLICAS

Objetivo: Propiciar o melhoramento de áreas públicas como praças e jardins em vistas de uma melhor qualidade de vida

15 452 2015 1023 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Objetivo: Propiciar a possibilidade de construção de um novo cemitério e ou ampliação do atual

16 482 2016 1024 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CASAS POPULARES

Objetivo: Ampliar os programas habitacionais, produzindo novas unidades e promovendo melhorias na qualidade das habitações de interesse social

17 512 2015 1025 CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

Objetivo: CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

17 512 2015 1026 AMPLIAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: Ampliar as obras de saneamento básico (cunetas, fossas sépticas, banheiros) - Mariópolis, Matruínas, Rua São José, Sede do Município

18 544 2015 1028 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Objetivo: Ampliar a rede de abastecimento d'água proporcionando acesso de água potável a toda população

26 782 2015 1030 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTES E PASSAGENS MOLHADAS

Objetivo: Construção e ampliação de pontes e passagens molhadas

26 782 2015 1031 CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

Objetivo: Construção e restauração de abrigos de passageiros



Classificação Institucional Funcional Programática

08.090 SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 451 1003 2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Objetivo: Desenvolver as atividades necessárias ao desempenho da Secretaria

15 451 2015 2050 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS- (OPERAÇÃO TAPA BURACO)

Objetivo: Manutenção de vias públicas- (operação tapa buraco)

15 452 2015 2051 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E ATERRO SANITÁRIO

Objetivo: Manter os serviços de varrição, coleta, destinação do lixo, bem como manter o aterro sanitário.

15 452 2015 2052 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Objetivo: Manutenção dos serviços de Iluminação Pública

15 452 2015 2054 MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Objetivo: Manutenção dos serviços no cemitério Público

15 752 2015 2055 TRANSFERENCIAS PARA CONSÓRCIO

Objetivo: TRANSFERENCIAS PARA CONSÓRCIO

17 512 2015 2056 TRANSFERENCIAS PARA CONSÓRCIO

Objetivo: Rátiio consape - nucleo intermunicipal de saneamento básico (resíduos sólidos)

09.090 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02 062 1003 2005 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA

Objetivo: DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA

10.100 SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

18 544 2012 1027 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS HÍDRICOS

Objetivo: Ampliar a capacidade hídrica do município

20 605 2012 1029 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS E MATADOUROS

Objetivo: Construir um novo matadouro público e mercados públicos (Chã do Rocha; Matimandar; Sede do Município)

20 606 2012 1032 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Possibilitar a aquisição de máquinas e implementos agrícolas para ajudar no desenvolvimento agrícola.

20 605 2012 2057 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MERCADOS FEIRAS E MATADOUROS

Objetivo: Desenvolver as atividades necessárias ao funcionamento dos mercados e Matadouro

18 541 2012 2059 APOIO À POLÍTICAS DO MEIO AMBIENTE

Objetivo: desenvolver ações necessárias ao apoio ao meio ambiente.

20 122 2012 2060 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Objetivo: Desenvolver as ações necessárias ao desempenho das funções da Sec. de Agricultura e Meio ambiente

20 544 2012 2061 MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Objetivo: Desenvolver as atividades para manter o serviço de abastecimento d'água. (locação de poços para exploração de água potável)



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Anexos de Metas e Prioridades



Exercício 2019

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Classificação Institucional Funcional Programática

10.100 SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20 606 2012 2062 MANUTENÇÃO E APOIO AO PRODUTOR RURAL

Objetivo: Manter o apoio as necessidades dos produtores rurais.

11.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 122 1005 1033 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Objetivo: Adquirir veículos para secretaria de Assistência Social (Conselho tutelar, Coordenadoria da Mulher e Programa Bolsa Família).

08 244 1005 1034 CONSTRUÇÃO / REFORMA DE ESPAÇOS PARA SERVIÇOS DA ASSISTENCIA

Objetivo: Proporcionar a construção de espaços para atender as necessidades da assistência social como : Centro do Idoso de Orobo - CRIO; construção de uma sede própria para Assistência Social - CRAS e CREAS

08 122 1005 2063 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Objetivo: Desenvolver as atividades de manutenção das atividades do conselho tutelar

08 122 1005 2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Desenvolver as atividades necessárias ao funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social

08 241 1005 2065 APOIO A PESSOAS IDOSAS

Objetivo: Continuar desenvolvendo as atividades em favor da 3ª idade : Implementação do Banho Municipal da 3ª Idade; Criação de Grupos da terceira idade nas comunidades de Umburacema, Feira Nova, Varjão e Jundiá; Continuação e fortalecimento da elaboração e execução de projetos de valorização da terceira idade.

08 242 1005 2066 APOIO À PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Objetivo: Apoiar ações de inclusão as pessoas portadoras de necessidades especiais.

08 243 1005 2067 MANUTENÇÃO PROGRAMA SERV. DE CONVIÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINC

Objetivo: Manter os serviços pertencentes ao SCFV

08 243 1005 2068 OUTROS PROGRAMAS FNAS (ACESSUAS, CRIANÇA FELIZ)

Objetivo: Manutenção dos serviços de programas do FNAS

08 244 1005 2069 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PERNAMBUCO NO BATENTE

Objetivo: Manter os serviços do programa Pernambuco no Batente.

08 244 1005 2071 SUBVENÇÕES À ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES

Objetivo: Repassar subvenções à associações e fundações que exerçam atividades de assistência social

08 244 1005 2072 AUXILIO FUNERAL

Objetivo: Conceder auxílio funeral à pessoas carentes

08 244 1005 2073 BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA

Objetivo: Benefícios eventuais de enfrentamento à pobreza

08 244 1005 2074 MANUTENÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Objetivo: Manter os cursos profissionalizantes e fortalecer as parcerias com o SENAI, SENAC e SEBRAE para viabilizar novos cursos profissionalizantes.



Classificação Institucional Funcional Programática

11.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 244 1005 2076 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA S

Objetivo: Manter os serviços do CRAS; desenvolver atividades com CRAS itinerante; implantar os serviços do CRAS em Feira Nova.

08 244 1005 2077 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA IGD

Objetivo: Manter as atividades junto as famílias assistidas pelo programa Bolsa Família

08 244 1005 2078 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO À MULHER

Objetivo: Manter os serviços de atendimento à mulher; Fortalecer a elaboração e execução de projetos voltados ao Combate à Violência contra a Mulher e Fortalecimento da Autonomia da Mulher Orobóense.

08 244 1005 2079 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. ESPECIAL DE ASSIST. SOCIAL - CREAS

Objetivo: Manter os serviços de atendimento através do CREAS; Prestação de serviços Itinerantes.

08 244 1005 2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD-SUAS

Objetivo: Manter os serviços do IGD-SUAS

08 244 1005 2081 MANUTENÇÃO DA CASA DE PASSAGEM

Objetivo: Manter os serviços de funcionamento da Casa de Passagem

08 122 1003 2112 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - ASSIST. SOCIAL

Objetivo: Realização de concurso para provimento de cargos na Assistência Social

12.120 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08 243 1005 2082 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivo: Manutenção dos serviços do conselho de direito da criança e do adolescente

08 243 1005 2083 MANUTENÇÃO DO FUMDCA

Objetivo: Desenvolver as atividades do FUMDCA

13.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1024 1035 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE

Objetivo: Promover a aquisição de equipamentos sempre que necessário para o amplo funcionamento da atenção básica.

10 301 1024 1036 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

Objetivo: Fortalecer a infraestrutura de saúde com a construção de postos de saúde distribuídos nas comunidades: Chã de Lima, Viração, Mulungu, Piramã, Olho D'água Seco e Bairro de São José; construir um posto de saúde em Matuadas no padrão do Ministério da Saúde; Reformar as unidades Básicas de saúde das comunidades de Carnihas, Serra de Capoeira, Tanques, Mumbu, Água Branca e Chão do Rocha

10 301 1024 1037 CONSTRUÇÃO REFORMA E EQUIPAMENTO DE ACADEMIAS DE SAÚDE

Objetivo: Construir e equipar academias da saúde

10 301 1024 1038 DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - FMS

Objetivo: Desapropriar imóveis em benefício da saúde no município

10 302 1024 1039 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Objetivo: Adquirir equipamentos que sejam utilizados na Média e Alta Complexidade



Classificação Institucional Funcional Programática

13.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1024 1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Objetivo: Adquirir veículos ambulância, adquirir um ônibus para transporte de pacientes para os hospitais de referência da capital

10 122 1024 2084 AÇÕES DE APOIO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivo: Dar condições, apoio as ações do Conselho Municipal de Saúde.

10 301 1024 2085 OUTROS PROGRAMAS DA ATENÇÃO BÁSICA

Objetivo: Desenvolver atividades voltadas a atenção básica que não estejam em ações específicas

10 301 1024 2087 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA BUCAL

Objetivo: Manter e fortalecer o programa Saúde Bucal proporcionando atendimento de qualidade a todos; implantar a Saúde Bucal nos postos de Saúde de Mamibu e Água Branca

10 301 1024 2088 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO

Objetivo: Manter e fortalecer as campanhas municipais de prevenção e agravos da Saúde

10 301 1024 2089 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivo: Desenvolver as ações necessárias ao desempenho das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

10 301 1024 2090 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA MULHER

Objetivo: Desenvolver as atividades voltadas ao atendimento da saúde da mulher

10 301 1024 2091 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE NA ESCOLA

Objetivo: Manter e fortalecer as ações do PSE (Programa Saúde na Escola) nas principais escolas do município

10 301 1024 2092 CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Objetivo: Efetuar repasses a Instituições sem fins lucrativos que atuam na área de saúde.

10 301 1024 2093 TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO

Objetivo: Conceder auxílio a pessoas reconhecidamente carentes que necessitam de tratamentos não-ção disponíveis no município

10 301 1024 2095 TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO

Objetivo: TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO

10 301 1024 2096 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Objetivo: Manter o funcionamento dos serviços dos Agentes Comunitários de Saúde procurando sempre melhorar as condições de trabalho proporcionando assim a potencialização dos resultados.

10 301 1024 2097 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF

Objetivo: Manter e fortalecer os serviços do Programa Saúde na Família

10 301 1024 2098 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO NASF

Objetivo: Manter o funcionamento dos serviços do NASF procurando sempre melhorar as condições de trabalho proporcionando assim a potencialização dos resultados.

10 303 1024 2099 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA

Objetivo: Garantir a oferta gratuita de medicamentos da farmácia básica, conforme relação da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos)

10 302 1024 2100 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA MÉDIA E ALTACOMPLEXIDADE



13.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivo: Manter os serviços ligados a MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - (MAC), urgências, emergências hospitalares, SAMU

10 302 1024 2101 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA - CAPS

Objetivo: Manter os serviços relacionados ao CAPS

10 304 1024 2102 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Objetivo: Manter as atividades de vigilância sanitária; efetivar o cronograma de inspeção em virtude das ações de Vigilância sanitária e Epidemiológica para o controle das Arboviroses e outras doenças Endêmicas

10 305 1024 2103 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

Objetivo: Manter as atividades de vigilância epidemiológica e efetivar o cronograma de inspeção em virtude das ações de Vigilância sanitária e Epidemiológica para o controle das Arboviroses e outras doenças Endêmicas

10 301 1024 2108 MANUTENÇÃO DAS ACADEMIAS DE SAÚDE

Objetivo: Manter o funcionamento da academia de saúde.

10 122 1003 2111 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - SAÚDE

Objetivo: Realização de concurso público para provimentos de cargos da Saúde.

14.140 INSTITUTO DE PREVID. DE OROBÓ - IPREO

09 122 0029 1041 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O IPREO

Objetivo: Adquirir equipamentos para suprir as necessidades do Instituto

09 122 0029 2104 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPREO

Objetivo: Manter as atividades de funcionamento do IPREO

09 271 0029 2105 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS

Objetivo: Manter em dia os benefícios previdenciários

99 999 9999 9002 RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS

Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS



LEI Nº L071/2018

Altera a LDO para o exercício de 2019, procede adequações ao PPA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OROBÓ, sua Excelência o senhor Cléber José de Aguiar da Silva, faz saber que, em sessão realizada em 30/10/2018, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. Fica por força da presente Lei, alterada a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o exercício de 2019, do Município de Orobó, para compatibilização a LOA (Lei Orçamentária Anual) do exercício de 2019, atendendo a realidade do Município e as normas e exigências do Tribunal de Contas do Estado, bem como, dos preceitos da Lei 4.320/64 e Lei Complementar nº 101 (LRF),

Art. 2º. Os projetos e atividades de que trata o PPA para o quadriênio 2018/2021 presentes na Lei 1.044/2017 ficam igualmente reajustados obedecendo as projeções ora reprogramadas.

Art. 3º. São procedidas adequações das Metas Físicas e das Metas Financeiras aumentando ou reduzindo os valores dos Programas e Ações, conforme Anexos da LDO e PPA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 05 de novembro de 2018, 90º da Emancipação.


CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Prefeito

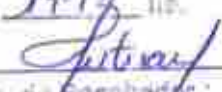
 Prefeitura Municipal de Orobó
Secretaria Municipal de Administração

Publicado em 05/11/2018

Secretário

 Prefeitura Municipal de Orobó

Júlia Maria Costa Aguiar
Secretaria Municipal de Administração

PROTÓCOLO DE RECEBIMENTO	
Nº	Data 20/11/18
Ao 14:19 hs.	
	
Ass. do Recebedor	



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1.00

Modificações da Receita do PPA



2019

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçament
Criação			64.779,66
1.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes		2.090,00
1.1.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.605,00
1.1.1.0.00.0.0.00	Impostos		550,00
1.1.1.3.00.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza		550,00
1.1.1.3.03.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte		550,00
1.1.1.3.03.1.1.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal		550,00
1.1.1.8.00.0.0.00	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios		1.055,00
1.1.1.8.01.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios		455,00
1.1.1.8.01.1.1.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal		350,00
1.1.1.8.01.1.3.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa		45,00
1.1.1.8.01.4.1.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal		60,00
1.1.1.8.02.0.0.00	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços		600,00
1.1.1.8.02.3.1.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		600,00
1.1.2.0.00.0.0.00	Taxas		475,00
1.1.2.1.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		375,00
1.1.2.1.01.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização		375,00
1.1.2.1.01.1.1.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal		100,00
1.1.2.1.01.1.1.01	Taxa de Matadouro		80,00
1.1.2.1.01.1.1.02	Taxa de Licença de Locação		10,00
1.1.2.1.01.1.1.03	Taxa para Emissão do Alvará de Funcionamento		100,00
1.1.2.1.01.1.1.04	Outras Taxas de Utilização de Domínio Público		30,00
1.1.2.1.01.1.1.05	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		50,00
1.1.2.1.01.1.1.06	Taxa de Limpeza Pública		10,00
1.1.2.1.01.1.1.07	Outras Taxas pela Prestação de Serviços		60,00
1.1.2.1.01.1.1.08	Taxa de Serviços Administrativos		20,00
1.1.2.1.01.1.1.09	Taxa de Licença para Execução de Obras		10,00
1.1.2.2.00.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços		100,00
1.1.2.2.01.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços		100,00
1.1.2.2.01.1.1.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal		100,00
1.1.3.0.00.0.0.00	Contribuição de Melhoria		10,00
1.1.3.0.00.1.1.00	Contribuição de Melhoria - Principal		10,00
1.2.0.0.00.0.0.00	Contribuições		3.157,750
1.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais		2.057,750
1.2.1.8.00.0.0.00	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios		2.057,750
1.2.1.8.01.0.0.00	Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de EST/DF/MUN		2.057,750
1.2.1.8.01.1.1.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal		250,000
1.2.1.8.01.1.1.01	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Func. Cedidos		5,000
1.2.1.8.01.1.1.02	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Educação		1.500,000
1.2.1.8.01.1.1.03	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Ação Social		30,000
1.2.1.8.01.1.1.04	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Saúde		250,000
1.2.1.8.01.1.1.05	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Câmara Municipal		20,000
1.2.1.8.01.1.2.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros de Mora		1.375
1.2.1.8.01.1.2.01	Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte Patronal - Ativo Militar		1.375
1.2.4.0.00.0.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		1.100,000
1.2.4.0.00.1.1.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal		1.100,000
1.3.0.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial		196,716
1.3.1.0.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		11,716
1.3.1.0.01.0.0.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação		6,716
1.3.1.0.01.1.1.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal		2,500
1.3.1.0.01.1.1.01	Arrendamentos		4,216
1.3.1.0.99.0.0.00	Outras Receitas Imobiliárias		5,000
1.3.1.0.99.1.1.00	Outras Receitas Imobiliárias - Principal		5,000
1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários		180,000
1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias		180,000
1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		10,000
	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FNAS		

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://cde.fce.pe.gov.br/epb/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento:1008006-c2d7-47e8-914a-422a994d0062>



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações da Receita do PPA



R\$ 00

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçamentário
Criação			
1.3.2.1.00.1.1.01			5,000
1.3.2.1.00.1.1.02	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - SUS		40,000
1.3.2.1.00.1.1.03	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FNDE		5,000
1.3.2.1.00.1.1.04	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - EMAS		5,000
1.3.2.1.00.1.1.05	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados		5,000
1.3.2.1.00.1.1.06	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados		35,000
1.3.2.1.00.1.1.07	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde		50,000
1.3.2.1.00.1.1.08	Receita de Rem. de Dep. Bancários de Recursos Vinculados-Manutenção e Desenv. do Ensino-MDE		5,000
1.3.2.1.00.4.1.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal		20,000
1.3.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Patrimoniais		5,000
1.3.9.0.00.1.1.00	Demais Receitas Patrimoniais - Principal		5,000
1.6.0.0.00.0.0.00	Receita de Serviços		100,000
1.6.1.0.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		50,000
1.6.1.0.02.0.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos		50,000
1.6.1.0.02.1.1.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal		50,000
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços		50,000
1.6.9.0.99.0.0.00	Outros Serviços		50,000
1.6.9.0.99.1.1.00	Outros Serviços - Principal		50,000
1.7.0.0.00.0.0.00	Transferências Correntes		59.074,50
1.7.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		34.768,00
1.7.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		34.768,00
1.7.1.8.01.0.0.00	Participação na Receita da União		23.005,00
1.7.1.8.01.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		22.000,00
1.7.1.8.01.3.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal		500,00
1.7.1.8.01.4.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal		500,00
1.7.1.8.01.5.1.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal		5,000
1.7.1.8.02.0.0.00	Transferência de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais		360,000
1.7.1.8.02.6.1.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal		360,000
1.7.1.8.03.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo do Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		7.052.652
1.7.1.8.03.1.1.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal		500,000
1.7.1.8.03.1.1.01	APOIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ENTES FEDERATIVOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - FPM		180,000
1.7.1.8.03.1.1.02	Agentes Comunitários de Saúde		1.740,000
1.7.1.8.03.1.1.03	Saúde Bucal		100,000
1.7.1.8.03.1.1.04	Piso de Atenção Básica Variável - PAB		2.432.652
1.7.1.8.03.2.1.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal		1.000,000
1.7.1.8.03.2.1.01	SAMU-Serviço de Atendimento Móvel de Urgência		200,000
1.7.1.8.03.3.1.01	Vigilância em Saúde		200,000
1.7.1.8.03.4.1.01	Componente Básico da Assistência Farmacêutica		150,000
1.7.1.8.03.9.1.00	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal		550,000
1.7.1.8.05.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		1.876.425
1.7.1.8.05.1.1.00	Transferências do Salário-Educação - Principal		116.425
1.7.1.8.05.2.1.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal		10,000
1.7.1.8.05.3.1.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal		650,000
1.7.1.8.05.4.1.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal		350,000
1.7.1.8.05.9.1.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal		700,000
1.7.1.8.05.9.1.02	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		50,000
1.7.1.8.06.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		15,000

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: https://sice.tce.pe.gov.br/ppa/validadoc.aspx?codigo_documento=1078026-02174768-914822994d0b62



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1.00

Modificações da Receita do PPA



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: https://efceice.pe.gov.br/epa/validadoc.seam?codigo_documento=1078026-0247-4788-9144-4229994a0b62

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçamento
Crição			15.000
1.7.1.8.06.1.1.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 – Principal		375.000
1.7.1.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades		130.000
1.7.1.8.10.1.1.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS – Principal		145.000
1.7.1.8.10.2.1.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação – Principal		300.000
1.7.1.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios da União – Principal		950.000
1.7.1.8.12.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS		100.000
1.7.1.8.12.1.1.01	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – Principal		100.000
1.7.1.8.12.1.1.02	PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA - CRIANÇA FELIZ		50.000
1.7.1.8.12.1.1.03	IGD - Índice de Gestão		50.000
1.7.1.8.12.1.1.04	Transferências do FNAS - ACESSUAS		150.000
1.7.1.8.12.1.1.05	Transferências do FNAS - FNAS SCFV		150.000
1.7.1.8.12.1.1.06	Transferências do FNAS - IGDBF		50.000
1.7.1.8.12.1.1.07	APOIO FINANCEIRO AO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		200.000
1.7.1.8.12.1.1.08	Outras Transferências do FNAS		100.000
1.7.1.8.12.1.1.10	Serv. de Proteção Social Básicas Famílias - PAIF/CRAS		933.500
1.7.1.8.99.0.0.00	Outras Transferências da União		50.000
1.7.1.8.99.1.1.00	Outras Transferências da União – Principal		883.000
1.7.1.8.99.1.1.02	Outras Transferências da União		6.900.000
1.7.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		6.900.000
1.7.2.8.00.0.0.00	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios		6.180.000
1.7.2.8.01.0.0.00	Participação na Receita dos Estados		5.000.000
1.7.2.8.01.1.1.00	Cota-Parte do ICMS – Principal		1.100.000
1.7.2.8.01.2.1.00	Cota-Parte do IPVA – Principal		30.000
1.7.2.8.01.3.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios – Principal		50.000
1.7.2.8.01.4.1.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Principal		10.000
1.7.2.8.03.0.0.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo		10.000
1.7.2.8.03.1.1.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo – Principal		326.473
1.7.2.8.10.0.0.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades		41.473
1.7.2.8.10.1.1.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS – Principal		135.000
1.7.2.8.10.2.1.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação – Principal		150.000
1.7.2.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados – Principal		300.000
1.7.2.8.99.0.0.00	Outras Transferências dos Estados		50.000
1.7.2.8.99.1.1.00	Outras Transferências dos Estados – Principal		50.000
1.7.2.8.99.1.1.01	Transf. do Governo do Estado - FNAS/FEAS		100.000
1.7.2.8.99.1.1.02	Demais Transferências do Estado		30.000
1.7.2.8.99.1.1.03	Governo do Estado Participação no Transp. Escolar		50.000
1.7.2.8.99.1.1.04	Transf. do Governo do Estado - Programa PE no Batente		17.400.000
1.7.5.0.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		17.400.000
1.7.5.8.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios		17.400.000
1.7.5.8.01.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB		16.000.000
1.7.5.8.01.1.1.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – Principal		1.400.000
1.7.5.8.01.2.1.00	Transferências de Recursos da Complementação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – Principal		160.588
1.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes		70.000
1.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		5.000
1.9.2.1.00.0.0.00	Indenizações		5.000
1.9.2.1.99.0.0.00	Outras Indenizações		5.000
1.9.2.1.99.1.1.00	Outras Indenizações – Principal		65.000
1.9.2.2.00.0.0.00	Restituições		65.000
1.9.2.2.05.0.0.00	Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares		60.000
1.9.2.2.05.1.1.00	Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares – Principal		60.000



Prefeitura Municipal de Orobo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações da Receita do PPA



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/cepp/validador.aspx?CodigoDoDocumento=1078026-2017-4768-914-422994-0062>

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçamento
Crênciao			5,000
1.9.2.2.05.1.1.01	Outras Restituições - IPREO		90,588
1.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes		10,000
1.9.9.0.03.0.0.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores		10,000
1.9.9.0.03.1.1.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal		80,588
1.9.9.0.99.0.0.00	Outras Receitas		20,000
1.9.9.0.99.1.1.04	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		50,000
1.9.9.0.99.1.1.06	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Principal		5,000
1.9.9.0.99.1.2.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros de Mora		5,000
1.9.9.0.99.2.1.00	Outras Receitas - Financeiras - Principal		7,330,000
2.0.0.0.00.0.0.00 Receitas de Capital			100,000
2.2.0.0.00.0.0.00	Alienação de Bens		100,000
2.2.1.0.00.0.0.00	Alienação de Bens Móveis		100,000
2.2.1.3.00.0.0.00	Alienação de Bens Móveis e Semóventes		100,000
2.2.1.3.00.1.1.00	Alienação de Bens Móveis e Semóventes - Principal		7,230,000
2.4.0.0.00.0.0.00	Transferências de Capital		6,587,000
2.4.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		6,587,000
2.4.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		600,000
2.4.1.8.04.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde		500,000
2.4.1.8.04.1.1.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básica - Principal		100,000
2.4.1.8.04.1.1.01	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS		1,500,000
2.4.1.8.05.0.0.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação		1,500,000
2.4.1.8.05.1.1.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal		4,487,000
2.4.1.8.10.0.0.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades		500,000
2.4.1.8.10.5.1.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal		3,987,000
2.4.1.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		643,048
2.4.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		643,048
2.4.2.8.00.0.0.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidades		643,048
2.4.2.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		421,575
2.4.2.8.10.2.1.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal		221,473
2.4.2.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados - Principal		3,915,000
0.0.00.0.0.00 Receitas Intra-Orçamentárias Correntes			3,365,000
2.0.0.00.0.0.00	Contribuições		3,365,000
7.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais		3,365,000
7.2.1.8.00.0.0.00	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios		2,815,000
7.2.1.8.03.0.0.00	CPSSS Patronal - Servidor Civil - Específico de EST/DF/MUN		200,000
7.2.1.8.03.1.1.00	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal		5,000
7.2.1.8.03.1.1.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Cédulos		2,200,000
7.2.1.8.03.1.1.02	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Educação		35,000
7.2.1.8.03.1.1.03	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ Regime Próprio - Ação Social		350,000
7.2.1.8.03.1.1.04	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Saúde		25,000
7.2.1.8.03.1.1.05	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Câmara Municipal		550,000
7.2.1.8.04.0.0.00	CPSSS Patronal - Parcelamentos - Específico de EST/DF/MUN		550,000
7.2.1.8.04.1.1.00	CPSSS Patronal - Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Principal		550,000
7.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes		550,000
7.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes		550,000
7.9.9.0.01.0.0.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS		550,000
7.9.9.0.01.1.1.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal		5,630,000
9.0.0.0.00.0.0.00 Receitas Correntes			5,630,000
9.7.0.0.00.0.0.00	Transferências Correntes		4,404,000
9.7.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		4,404,000
9.7.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		4,401,000
9.7.1.8.01.0.0.00	Participação na Receita da União		4,400,000
9.7.1.8.01.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações da Receita do PPA



RS

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://eicitec.pe.gov.br/epda/validaDoc.aspx?Codigo=documento:f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62>

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçamento
Criação			
9.7.1.8.01.5.1.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal		1,00
9.7.1.8.06.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		3,00
9.7.1.8.06.1.1.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		3,00
9.7.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1.226,00
9.7.2.8.00.0.0.00	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.226,00
9.7.2.8.01.0.0.00	Participação na Receita dos Estados		1.226,00
9.7.2.8.01.1.1.00	Cota-Parte do ICMS - Principal		1.000,00
9.7.2.8.01.2.1.00	Cota-Parte do IPVA - Principal		220,00
9.7.2.8.01.3.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		6,00
Parcial do Tipo de Modificação:			70.394,68

**Prefeitura Municipal de Orobo**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações da Receita do PPA



R\$ 100

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stece.ce.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçamento
Exclusão			
1.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes		91.744.466
1.1.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.227.300
1.1.0.00.0.0.00	Impostos		2.367.750
1.1.1.2.00.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio		1.443.750
1.1.1.2.02.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana		750.750
1.1.1.2.04.3.1.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho		577.500
1.1.1.2.08.0.0.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis		115.500
1.1.1.3.00.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza		924.000
1.1.1.3.05.0.1.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		924.000
1.1.2.0.00.0.0.00	Taxas		1.744.050
1.1.2.1.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		1.524.600
1.1.2.1.17.0.0.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária		57.750
1.1.2.1.22.0.0.00	Taxa de Serviços Administrativos		57.750
1.1.2.1.29.0.0.00	Taxa de Licença para Execução de Obras		69.300
1.1.2.1.31.0.1.00	Taxa de Mafafure		69.300
1.1.2.1.31.0.5.00	Taxa de Licença de Locação		46.200
1.1.2.1.31.0.6.00	Taxa para Emissão de Alvará de Funcionamento		231.000
1.1.2.1.31.9.9.00	Outras Taxas de Utilização de Domínio Público		265.650
1.1.2.1.99.0.0.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		727.650
1.1.2.2.00.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços		219.450
1.1.2.2.28.0.0.00	Taxa de Cemitérios		34.650
1.1.2.2.90.0.0.00	Taxa de Limpeza Pública		46.200
1.1.2.2.99.0.0.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços		138.600
1.1.3.0.00.0.0.00	Contribuição de Melhoria		115.500
1.1.3.0.99.0.0.00	Outras Contribuições de Melhoria		115.500
1.2.0.0.00.0.0.00	Contribuições		3.705.818
1.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais		2.666.318
1.2.1.0.29.0.1.01	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Prefeitura		1.139.250
1.2.1.0.29.0.1.02	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Saúde		288.750
1.2.1.0.29.0.1.03	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Câmara Municipal		57.750
1.2.1.0.29.0.1.04	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Func. Cesfidos		5.775
1.2.1.0.29.0.1.05	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Educação		1.155.000
1.2.1.0.29.0.1.06	Contrib. do Serv. Ativo Civil para o RPPS - Ação Social		15.750
1.2.1.0.29.0.9.01	Contribuições de Servidor Inativo Civil		2.888
1.2.1.0.29.1.1.01	Contribuições de Pensionista Civil		1.155
1.2.3.0.00.0.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		1.039.500
1.3.0.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial		817.740
1.3.1.0.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		161.700
1.3.1.1.00.0.0.00	Aluguéis		5.775
1.3.1.2.00.0.0.00	Arrendamentos		5.775
1.3.1.9.00.0.0.00	Outras Receitas Imobiliárias		150.150
1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários		632.940
1.3.2.5.01.0.2.00	Receita de Remuneração de Dep. Banc. de Recursos Vinculados - FUNDEF		86.625
1.3.2.5.01.0.3.00	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde		34.650
1.3.2.5.01.0.5.00	Receita de Rem. de Dep. Bancários de Recursos Vinculados-Manutenção e Deserv. do Ensino-MDE		34.650
1.3.2.5.01.1.0.00	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FNAS		11.550
1.3.2.5.01.1.1.00	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - SUS		115.500
1.3.2.5.01.1.2.00	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FUNDE		113.500
1.3.2.5.01.1.4.00	Rec. de Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FNAS		23.100
1.3.2.5.01.9.9.00	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados		11.550
1.3.2.5.02.9.9.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados		92.400
1.3.2.8.10.0.0.00	Remuner. dos Invest. do Regime Próprio de Previdência do Serv. em Renda Fixa		107.415
1.3.9.0.00.0.0.00	Outras Receitas Patrimoniais		23.100
1.6.0.0.00.0.0.00	Receita de Serviços		693.000
1.6.0.0.13.0.1.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos		52.500



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1.00

Modificações da Receita do PPA



R\$ 00

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://cctec.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçament
Excluído			
1.6.0.0.99.0.0.00	Outros Serviços		640.500
1.7.0.0.00.0.0.00	Transferências Correntes		80.577.785
1.7.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		79.099.385
1.7.2.1.01.0.2.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		30.030.000
1.7.2.1.01.0.3.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro		420.000
1.7.2.1.01.0.4.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho		420.000
1.7.2.1.01.0.5.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural		11.550
1.7.2.1.22.7.0.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP		231.000
1.7.2.1.33.1.1.10	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB-Fixo)		913.500
1.7.2.1.33.1.1.31	Saúde da Família		1.260.000
1.7.2.1.33.1.1.32	Agentes Comunitários de Saúde		913.500
1.7.2.1.33.1.1.33	Saúde Bucal		567.000
1.7.2.1.33.1.1.38	Núcleo de Apoio - Saúde da Família - NASF		277.200
1.7.2.1.33.1.1.40	Programa de Melhoria e Acesso Qualidade - PMAQ		1.155.000
1.7.2.1.33.1.2.10	Limite Financeiro da Mat. Ambulatorial e Hospitalar		1.491.000
1.7.2.1.33.1.2.12	SAMU-Serviço de Atendimento Móvel de Urgência		346.500
1.7.2.1.33.1.3.00	Vigilância em Saúde		213.413
1.7.2.1.33.1.4.10	Componente Básico da Assistência Farmacêutica		213.413
1.7.2.1.33.9.9.00	Outros Programas Financ. pro Transf. Fundo a Fundo		548.625
1.7.2.1.34.0.1.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo		68.250
1.7.2.1.34.0.6.00	Serv. de Proteção Social Básica Famílias - PAIF/CRAS		231.000
1.7.2.1.34.0.8.00	CREAS - Serv. de Enfrent. Violência Abuso de Crianças e Adolescentes		173.250
1.7.2.1.34.1.3.00	IGD - Índice de Gestão		346.500
1.7.2.1.34.1.5.00	Transferências do FNAS - ACESSUAS		231.000
1.7.2.1.34.2.1.00	Transferências do FNAS - FNAS SCTV		271.425
1.7.2.1.34.2.2.00	Transferências do FNAS - GBF		21.000
1.7.2.1.34.2.3.00	Transferências do FNAS - PSEMC		21.000
1.7.2.1.34.9.9.00	Outras Transferências do FNAS		224.700
1.7.2.1.35.0.1.00	Transferências do Salário-Educação		1.155.000
1.7.2.1.35.0.2.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE		15.750
1.7.2.1.35.0.3.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prog. Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		866.250
1.7.2.1.35.0.4.00	Transf. Dir. FNDE Ref. ao Progr. Nacional de Apoio Transp. Escolar - PNATE		426.300
1.7.2.1.35.1.1.00	Brasil Alfabetizado - PBA		57.750
1.7.2.1.35.9.9.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		66.095
1.7.2.1.36.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC Nº 87/96		34.650
1.7.2.1.99.1.4.00	SNA - Simples Nacional		57.750
1.7.2.1.99.9.9.00	Outras Transferências da União		1.516.200
1.7.2.2.01.0.1.00	Cota-Parte do ICMS		8.085.000
1.7.2.2.01.0.2.00	Cota-Parte do IPVA		924.000
1.7.2.2.01.0.4.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação		173.250
1.7.2.2.01.1.3.00	Cota-Parte da Contribuição de Interação no Domínio Econômico		161.700
1.7.2.2.33.0.0.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo		173.250
1.7.2.2.99.9.9.01	Governo do Estado Participação no FDS		92.400
1.7.2.2.99.9.9.02	Governo do Estado Participação no Transp. Escolar		288.750
1.7.2.2.99.9.9.03	Transf. do Governo do Estado - Programa PE no Bateuto		153.615
1.7.2.2.99.9.9.04	Transf. do Governo do Estado - FNAS/FEAS		231.000
1.7.2.2.99.9.9.99	Demais Transferências do Estado		1.732.500
1.7.2.4.01.0.0.00	Transferências de Recursos do FUNDEF		19.862.850
1.7.2.4.02.0.0.00	Transferências de Recursos da Complementação da União ao FUNDEF		2.425.500
1.7.6.0.00.0.0.00	Transferências do Exterior		1.478.400
1.7.6.1.01.0.0.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS		184.800
1.7.6.1.02.0.0.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação		184.800
1.7.6.1.99.0.0.00	Outras Transferências de Convênios da União		508.200



Prefeitura Municipal de Orobo
 Secretaria de Finanças
 Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00
 Modificações da Receita do PPA



R\$ 00

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
 Acesse em: <https://cctec.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçament
Exclusão			
1.7.6.2.01.0.0.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	46.200	
1.7.6.2.02.0.0.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	46.200	
1.7.6.2.99.0.0.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	508.200	
1.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	1.722.823	
1.9.1.0.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	109.148	
1.9.1.1.99.0.1.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	71.610	
1.9.1.2.29.0.1.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte patronal - Ativo Civil	1.444	
1.9.1.2.29.0.2.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias parte Patronal - Ativo Militar	1.444	
1.9.1.9.99.0.0.00	Outras Multas	34.650	
1.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	240.380	
1.9.2.1.00.0.0.00	Indenizações	106.400	
1.9.2.1.99.0.0.00	Outras Indenizações	106.400	
1.9.2.2.00.0.0.00	Restituições	133.980	
1.9.2.2.10.0.0.00	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais	18.480	
1.9.2.2.10.0.1.00	Compens. Financeira Entre o Regime Geral e o RPPS - Principal	18.480	
1.9.2.2.99.0.0.00	Outras Restituições	115.500	
1.9.2.2.99.0.1.00	Outras Restituições	92.400	
1.9.2.2.99.0.2.00	Outras Restituições - IPREO	23.100	
1.9.3.0.00.0.0.00	Bens, Direitos e Valores Incorporados no Patrimônio Público	1.039.500	
1.9.3.1.11.0.0.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	231.000	
1.9.3.1.99.0.1.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Principal	808.500	
1.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes	333.795	
1.9.9.0.99.0.0.00	Outras Receitas	333.795	
1.9.9.0.99.0.2.00	Outras Receitas - Financeiras	333.795	
2.0.0.0.00.0.0.00	Receitas de Capital	9.009.649	
2.2.0.0.00.0.0.00	Alienação de Bens	115.500	
2.2.1.0.00.0.0.00	Alienação de Bens Móveis	115.500	
2.2.1.9.00.0.0.00	Alienação de Outros Bens Móveis	115.500	
2.4.0.0.00.0.0.00	Transferências de Capital	8.894.149	
2.4.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.403.049	
2.4.2.1.01.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	808.500	
2.4.2.1.02.0.0.00	Transferências de Recursos Destinadas a Programas de Educação	1.017.049	
2.4.2.2.01.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	577.500	
2.4.7.0.00.0.0.00	Transferências de Pessoas Físicas	6.491.100	
2.4.7.1.03.0.0.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	808.500	
2.4.7.1.99.0.0.00	Outras Transferências de Convênio da União	4.527.600	
2.4.7.2.01.0.0.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	577.500	
2.4.7.2.02.0.0.00	Transferências de Convênio dos Estados destinadas a Programas de Educação	577.500	
7.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	3.528.525	
7.2.0.0.00.0.0.00	Contribuições	3.528.525	
7.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais	3.528.525	
7.2.1.0.29.1.0.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Prefeitura	1.139.250	
7.2.1.0.29.1.0.02	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Saúde	288.750	
7.2.1.0.29.1.0.03	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Câmara Municipal	57.750	
7.2.1.0.29.1.0.04	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Cédidos	5.775	
7.2.1.0.29.1.0.05	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ o Regime Próprio - Educação	1.155.000	
7.2.1.0.29.1.0.06	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil p/ Regime Próprio - Ação Social	15.750	
7.2.1.0.29.1.3.01	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	462.000	
7.2.1.0.29.1.5.01	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	404.250	
9.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes	7.851.690	
9.5.0.0.00.0.0.00	Receita Industrial	7.851.690	
9.5.1.7.21.0.1.02	Dedução de Receita do FPM - FUNDEB e Redutor Financeiro	6.006.000	
9.5.1.7.21.0.1.05	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR	2.310	
9.5.1.7.21.3.6.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Destin. Lei 87/96	6.930	
9.5.1.7.22.0.1.01	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS	1.617.000	
9.5.1.7.22.0.1.02	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	184.800	



Prefeitura Municipal de Orobó
 Secretaria de Finanças
 Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00
 Modificações da Receita do PPA



R\$ 100

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
 Asses em: https://cfe.cei.pe.gov.br/ppa/validaDoc.seam Código do documento: ff078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Cód. Receita	Descrição da Receita	2019	
		PPA	Orçament
Exclusão			
9.5.1.7.22.0.1.04	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPI Exportação	34.650	
Parcial do Tipo de Modificação:		96.430.950	

PPA antes das alterações (A): 96.430.950
 Total das Alterações (B): -26.036.400
 PPA depois das alterações (C = A + B): 70.394.550



Prefeitura Municipal de Orobó

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações de Programas e Ações Governamentais do PPA-Plano Plurianual 2018 à



R\$100

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: f078026-c2d7-47e8-914a-422a994a0b62

Cód. Unidade	Descrição da Unidade	2019	
		PPA	Orçamento
Criação			
01.010	CÂMARA MUNICIPAL DE OROBÓ		
1001	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA		
1001	AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA		100,00
Parcial do Tipo de Modificação:			100,00

**Prefeitura Municipal de Orobo**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações de Programas e Ações Governamentais do PPA-Plano Plurianual 2018 a



R\$ 1,00

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: https://ste.cce.pc.gov.br/ep/validadoc.seam?Codigo_documento=1078026-2017-4788-9148-4228994-0062

Cód. Unidade	Descrição da Unidade	2019	
		PPA	Orçamento
Alteração			
01.010	CÂMARA MUNICIPAL DE OROBÓ		
1001	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA		
2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	1.483.020	1.082.000
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA	1.039.500	665.000
2003	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	57.750	53.000
1004	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS		
0001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	92.400	30.000
2004	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	462.000	337.000
02.020	GABINETE DO PREFEITO		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
2006	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.140.449	579.000
2007	DIVULGAÇÃO OFICIAL	242.865	177.000
2009	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	137.050	92.000
03.030	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
1042	CONSTRUÇÃO E OU AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	105.000	76.000
2010	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	109.725	29.000
2011	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.424.398	1.371.000
2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EM TECNOLOGIA	57.855	34.000
2014	TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO	92.400	50.000
2015	COORDENAÇÃO MUNICIPAL, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	103.950	55.000
2016	MANUTENÇÃO INATIVOS E PENSIONISTAS	57.750	35.000
2109	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - ADM	138.600	95.000
1004	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS		
0002	PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PASEP	704.458	400.000
0003	PAGAMENTO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS (PRECATÓRIOS)	336.000	260.000
0005	PARCELAMENTO COM O IPREO	462.000	550.000
2017	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.316.700	800.000
04.040	SECRETARIA DE FINANÇAS		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
2018	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	302.400	250.000
2019	MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS	86.100	50.000
2020	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	773.850	550.000
2021	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TESOURARIA	375.900	283.000
1004	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS		
0004	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	367.500	300.000
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA		
9001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	663.600	240.000
05.050	SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
1044	CONSTRUIR E EQUIPAR A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	184.000	125.000
2110	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - EDUCAÇÃO	138.600	110.000

**Prefeitura Municipal de Orobo**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações de Programas e Ações Governamentais do PPA-Plano Plurianual 2018 à



R\$ 1,00

Cód. Unidade	Descrição da Unidade	2019	
		PPA	Orçamento
Alteração			
05.050	SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		
1006	CONSTRUINDO UMA NOVA EDUCAÇÃO		
1002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	103.950	85.000
1003	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	1.015.350	690.000
1004	REEQUIPAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	150.150	150.000
1005	AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA	46.200	30.000
1006	DESAPROPRIAÇÃO/AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS SEDUC	210.000	200.000
1007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	577.500	440.000
1008	PROINFANTIL - PROG. DE REESTRUT. E APARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR	577.500	330.000
1011	AMPLIAÇÃO / REFORMAS EM UNIDADES ESCOLARES	456.750	450.000
2023	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Rec. Próprios	4.432.260	4.820.000
2024	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FNDE	1.155.000	1.710.000
2025	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	15.750	10.000
2026	PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL	56.700	38.000
2027	MANUTENÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E QUALIFICAÇÃO	117.600	65.000
2028	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS	11.550	8.000
2029	DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTOS /KITS ESCOLARES	107.100	300.000
2030	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	115.500	60.000
2031	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.218.000	700.000
2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE ESCOLAR	2.643.900	750.000
2033	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	57.750	40.000
2034	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.324.294	1.240.000
2035	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - 60%	358.050	100.000
2044	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 60%	11.969.685	10.651.000
2045	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - 40%	6.485.640	4.424.000
2106	TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO	357.000	100.000
1009	ESPORTE E LAZER NA CIDADE		
1010	CONSTRUÇÃO REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	424.550	450.000
2040	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	280.875	205.000
2041	SUBVENÇÕES À ENTIDADES DESPORTIVAS	57.750	10.000
2042	APOIO AO DESPORTO AMADOR	103.950	40.000
1010	CULTURA NA CIDADE		
1043	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO A CULTURA	136.500	90.000
2036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	378.525	263.000
2037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	196.350	40.000
2038	APOIO ÀS ATIVIDADES FESTIVAS E EVENTOS	577.500	590.000
2039	SUBVENÇÕES A ENTIDADES CULTURAIS	23.100	15.000
2043	MANUTENÇÃO DO CLUBE MUNICIPAL	113.400	45.000
07.070	SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
2008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO	240.450	137.000
08.080	SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	3.011.400	2.110.000

 Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
 Acesse em: https://cve.cce.pc.gov.br/cpp/validaDoc.seam?codigo_documento=1078006-2247-4788-9148-422499440062

**Prefeitura Municipal de Orobo**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações de Programas e Ações Governamentais do PPA-Plano Plurianual 2018 à



R\$ 0,00

Cód. Unidade	Descrição da Unidade	2019	
		PPA	Orçament
Ateração			
08.080	SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
2015	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA		
1013	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS	462.000	325.000
1014	PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE VIAS PÚBLICAS	1.732.500	1.200.000
1015	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	519.750	377.000
1016	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	519.750	355.000
1017	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A LIMPEZA PÚBLICA	57.750	80.000
1018	CONSTRUÇÃO RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CANAIS, MUROS DE ARIMOS E	519.750	340.000
1019	DESAPROPRIAÇÕES	462.000	100.000
1021	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA ILUMINAÇÃO	288.750	175.000
1022	CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS E PRAÇAS PÚBLICAS	567.000	310.000
1023	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS	57.750	90.000
1025	CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	577.500	410.000
1026	AMPLIAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	404.250	290.000
1028	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA	393.750	260.000
1030	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTES E PASSAGENS MOLHADAS	178.500	120.000
1031	CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	57.750	90.000
2050	MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS- (OPERAÇÃO TAPA BURACO)	178.500	90.000
2051	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E ATERRO SANITÁRIO	848.810	490.000
2052	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	617.925	630.000
2054	MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS	57.750	39.000
2055	TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO	318.780	50.000
2056	TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO	284.130	50.000
2016	HABITAÇÕES POPULARES		
1024	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CASAS POPULARES	404.250	290.000
09.090	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
2005	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA	212.100	143.000
10.100	SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
2012	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL		
1027	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS HÍDRICOS	462.000	320.000
1029	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS E MATADOUROS	441.000	280.000
1032	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	404.250	250.000
2057	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MERCADOS FEIRAS E MATADOUROS	306.075	195.000
2059	APOIO À POLÍTICAS DO MEIO AMBIENTE	69.300	45.000
2060	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	970.200	560.000
2061	MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA	231.000	220.000
2062	MANUTENÇÃO E APOIO AO PRODUTOR RURAL	278.250	195.000
11.110	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
2112	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - ASSIST. SOCIAL	138.600	80.000
1005	ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
1033	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	115.500	80.000
1034	CONSTRUÇÃO / REFORMA DE ESPAÇOS PARA SERVIÇOS DA ASSISTENCIA	173.250	120.000
2063	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	127.050	81.000
2064	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.303.050	638.000
2065	APOIO A PESSOAS IDOSAS	173.250	75.000
2066	APOIO À PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS	92.400	44.000
2067	MANUTENÇÃO PROGRAMA SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE	476.700	256.000
2068	OUTROS PROGRAMAS FNAS (ACESSIBIL. CRIANÇA FÉLIZ)	168.735	172.100
2069	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PERNAMBUCO NO BAIEN (E	141.750	60.000
2071	SUBVENÇÕES À ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES	34.650	20.000
2072	AUXÍLIO FUNERAL	80.850	30.000
2073	BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA	265.650	250.000
2074	MANUTENÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	121.275	40.000
2076	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA	448.350	185.000
2077	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA IGD	249.165	174.000
2078	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO À MULHER	40.425	29.512
2079	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. ESPECIAL DE ASSIST. SOCIAL - CREAM	197.925	130.000
2080	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD-SÚAS	115.500	65.000
2081	MANUTENÇÃO DA CASA DE PASSAGEM	69.300	50.591
2107	TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO	462.000	77.900
12.120	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		

 Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSE DE AGUIAR DA SILVA
 Acesse em: https://cctce.ce.gov.br/epa/validaDoc.seam?Codigo_documento=1078026-02d7-47e8-914d-4228994a0062

**Prefeitura Municipal de Orobo**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - Orçamento-Programa de 2019 - R\$ 1,00

Modificações de Programas e Ações Governamentais do PPA-Plano Plurianual 2018 à



R\$ 00

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://cctec.tce.pb.gov.br/cpt/validaDoc.seam?CodigoDocumento=10078006-0247-47e8-914e-4229940b62>

Cód. Unidade	Descrição da Unidade	2019	
		PPA	Orçamento
Alteração			
12.120	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
1005	ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
2082	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	46.200	20.000
2083	MANUTENÇÃO DO PUMDCA	69.300	28.000
13.130	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1003	APOIO ADMINISTRATIVO		
2111	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - SAÚDE	138.600	90.000
1024	SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS		
1035	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE	238.350	173.000
1036	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	462.000	380.000
1037	CONSTRUÇÃO REFORMA E EQUIPAMENTO DE ACADEMIAS DE SAÚDE	369.600	220.000
1038	DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - FMS	115.500	80.000
1039	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE	451.500	329.000
1040	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	326.000	255.000
2084	AÇÕES DE APOIO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	51.975	36.000
2085	OUTROS PROGRAMAS DA ATENÇÃO BÁSICA	585.900	1.520.000
2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA BUCAL	365.400	260.000
2088	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO	50.400	36.000
2089	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.055.330	3.950.000
2090	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA MULHER	127.050	92.000
2091	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE NA ESCOLA	79.800	58.500
2092	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	115.500	8.115
2093	TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	69.300	50.889
2095	TRANSFERÊNCIAS PARA CONSÓRCIO	3.746.400	200.000
2096	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	999.075	990.000
2097	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	2.420.250	1.700.000
2098	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO NASF	489.300	250.881
2099	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA	336.000	240.000
2100	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.618.050	1.290.000
2101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA - CAPS	213.150	150.000
2102	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	525.000	380.000
2103	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	462.000	180.000
2108	MANUTENÇÃO DAS ACADEMIAS DE SAÚDE	115.500	60.000
14.140	INSTITUTO DE PREVID. DE OROBÓ - IPREO		
0029	PREVIDÊNCIA PRÓPRIA		
1041	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O IPREO	57.750	42.158
2104	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPREO	371.726	397.863
2105	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS	3.370.750	3.380.000
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
9002	RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS	346.500	252.729
Parcial do Tipo de Modificação:		96.430.950	70.294.608

PPA antes das alterações (A): 96.430.950
 Total das Alterações (B): 26.036.342
 PPA depois das alterações (C = A + B): 70.394.608